ATA DAS REUNIÕES ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IATE CLUBE DE BRASÍLIA, REALIZADAS NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, em segunda e última convocação, no Plenário do Conselho Deliberativo do Iate Clube de Brasília, sala Dorival Modesto, reuniram-se os senhores conselheiros natos, efetivos e suplentes convocados, em acatamento à convocação feita pelo presidente do colegiado, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, conforme edital publicado nas edições n.º 11 e 12 do Jornal Semanal do Iate, encaminhado por meio eletrônico e por correspondências individuais, para as **REUNIÕES ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA**, previstas nos art. 76, I, "b" e art. 76, II do Estatuto, presencialmente, ou, por videoconferência, às 19h, em primeira convocação, ou, às 19h30, em segunda e última convocação, com a seguinte **ORDEM DO DIA: REUNIÃO ORDINÁRIA, ITEM ÚNICO –** Deliberar sobre as contas referentes ao ano de 2023, apresentadas pelo Conselho Diretor e acompanhadas do Parecer da Comissão Fiscal. **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, ITEM I** – Submeter à aprovação do Conselho Deliberativo a Decisão nº 001/2024, da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, determinada *ad referendum* do Colegiado, referente à renovação do Contrato nº 021/2021, com a empresa Sauter Tecnologia e Serviços LTDA-ME; **ITEM II** – Deliberar sobre o parecer da Comissão Permanente da Área Esportiva, referente à proposta do Conselho Diretor de Regulamento para Atletas de Alto Rendimento; **ITEM III –** Deliberar sobre o parecer da Comissão Permanente de Infraestrutura, referente ao projeto de adequação de uma para duas quadras de areia, localizada ao lado do Bar da Peteca; e **ITEM IV –** Assuntos Gerais. Conforme assinaturas constantes no livro específico, participaram das reuniões os(as) seguintes conselheiros(as): **PRESENCIALMENTE**: 1) ALEXANDRE MACEDO GALIZA, 2) ANDRE LUIS DA SILVA, 3) ANGÉLICA MARIA LANDIM FIALHO AGUIAR, 4) ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY, 5) CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR, 6) CARLOS HENRIQUE BORGES GRACIANO, 7) CARLOS ALBERTO SANTIAGO, 8) DANIEL CARSALADE QUEIROGA, 9) DENISAR SILVA DE MEDEIROS, 10) DURVAL MONIZ BARRETO DE ARAGÃO JÚNIOR, 11) EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA, 12) EIDER ALVES DE FARIA E QUEIROZ, 13) ELI ISSA, 14) EUNICE MARIA MACHADO MALVAR, 15) FELIPE ROCHA DE MORAIS, 16) FLÁVIO MARTINS PIMENTEL, 17) FILINTO FIGUEIREDO PACHECO, 18) FRANCISCO ZENOR TEIXEIRA, 19) HELTON DE FREITAS COSTA, 20) HENRIQUE LEITE CAVALCANTI, 21) HENRIQUE SAMUEL PONTE ALENCAR, 22) JAIME SAMPAIO BICALHO, 23) JOÃO CARLOS DE CASTRO ROLLER, 24) JOÃO WELLISCH, 25) JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL, 26) JULIANO DA CUNHA FROTA MEDEIROS, 27) LUIZ CARLOS GARCIA COELHO, 28) LUIZ ISSAO KARIA, 29) LUIZ NAPOLEÃO DA SILVA BRITO, 30) MARCELLO KATALINIC DUTRA, 31) MARCELO BRESSAN DOS SANTOS, 32) MAURÍCIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, 33) MAURO DINIZ BRUMANA, 34) NÍDIA MARLENE FERNANDES, 35) PAULO CESAR SIQUEIRA BIRBEIRE, 36) PAULO ROBERTO DE MORAES MUNIZ, 37) RAFAEL HORA AIMONE, 38) ROBERTO DE CASTRO ALMENDRA, 39) RODOLFO GONÇALVES JÚNIOR, 40) RONALDO DO MONTE ROSA, 41) RUDI FINGER, 42) RUYTER UNGARELLI BORGES, 43) SÉRGIO ROBERTO MÜLLER, 44) SILVIO EDUARDO MACHADO BONFIM, 45) SILVIO HENRIQUE MARINHO DE CASTILHO, 46) TÚLIO JUNQUEIRA e 47) UBIRAJANE ANDRADE. Por **VIDEOCONFERÊNCIA:** 1) ALEXANDRE MATHEUS DA CUNHA KRONENBERGER, 2) ELIANA COUTINHO DO ORIENTE CRUZ, 3) NELSON DINIZ DE OLIVEIRA, 4) RODRIGO CARVALHO MENDONÇA, 5) TANIA MARIA DE SANTA RITTA e 6) TOMAZ ALVES NINA. Iniciando os trabalhos, o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, faz a composição da Mesa Diretora do

Colegiado e convida o comodoro, **LUIZ ANDRÉ ALMEIDA REIS,** para desta fazer parte. Em seguida, solicita ao 1º secretário que verifique o *quorum* para dar início aos trabalhos. Após o 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, informar que há *quorum* regimental, o presidente solicita a leitura da ata da reunião, realizada no dia 28 de fevereiro de 2024. Momento em que o 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, solicita a dispensa da leitura da ata, por ter sido enviada aos conselheiros. Sendo dispensada a leitura, o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Coloco em discussão a proposta do senhor 1º secretário para dispensa da leitura da referida ata.* ***Os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada a dispensa da leitura da ata."*** Em seguida, coloca a ata em votação, sendo aprovada por unanimidade. O 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS,** faz a leitura dos aniversariantes do mês de **março**: JOÃO ESTÊNIO CAMPELO BEZERRA (21/03), HAROLDO MARRARA CHAVES (21/03), ENNIUS MARCUS DE MORAES MUNIZ (27/03), SÉRGIO AUGUSTO BORGES DE OLIVEIRA (29/03) e FLÁVIO SILVA PALMA LIMA (30/03). Em seguida, solicita a dispensa da leitura do Edital de Convocação. Sendo aprovada, comunica as ausências dos seguintes conselheiros efetivos: ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA BARRETO, GEILZA FÁTIMA CAVALCANTI DINIZ, FLÁVIO SCHEGERIN RIBEIRO, HAROLDO MARRARA CHAVES e MARCELO CARLOS DE MELO SOUZA. Comunica a ausência do conselheiro nato EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO. Aprovadas as justificativas de ausências dos conselheiros efetivos, o 2º vice-presidente, **RONALDO DO MONTE ROSA**, apresenta o gerente da nova agência do Banco de Brasília - BRB no Iate Clube, Vítor Melo. Dá-se início ao **ITEM ÚNICO da reunião ordinária**, momento em que o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, convida a Comissão Fiscal, composta pelos conselheiros JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL, ELI ISSA E LUIZ ISSAO KARIA, para ocupar a Mesa dos Trabalhos. Em seguida o Presidente da Comissão Fiscal, o conselheiro **JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL**, se pronuncia: "*Boa noite, senhor presidente, comodoro, conselheiros e diretores; fiz uma apresentação sucinta, que vou passar a compartilhar com vocês, referente à prestação de contas do Conselho Diretor do ano de 2023. A elaboração deste parecer está fundamentada no art. 109 do Estatuto do Iate Clube de Brasília, e a nossa responsabilidade é a de expressar a opinião sobre essas demonstrações, baseada na análise de documentos disponibilizados pelo Conselho Diretor, como se segue:* "Art. 109 – Compete à Comissão Fiscal: (...) II- Emitir anualmente parecer sobre o balanço patrimonial, demonstrativo de execução orçamentária, receitas e despesas do exercício findo." *Os exames foram efetivados por amostragem para verificação das Demonstrações Financeiras e Contábeis apresentadas, a fim de comprovar a legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças. Os trabalhos compreenderam: constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as afirmações contábeis divulgadas; avaliação das práticas e das estimativas mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis; exame documental, análise dos documentos necessários para emitir o parecer; exame da escrituração através de amostragem nos lançamentos contábeis do período. Houve a concordância com as contas e com os relatórios que foram apresentados pelo Conselho Diretor, especificamente pela área financeira, com o Diretor Financeiro, João Uchôa. Então, facilita muito o trabalho com todas as anotações, tudo o que é apresentado para a gente. Teve a aprovação e, com muita pouca exceção, é o que a gente vai demonstrar agora. Essa primeira demonstração que estamos*

fazendo é nada mais nada menos do que os relatórios que os senhores já receberam pelo nosso parecer. É um trabalho quase que repetitivo, mas que vale a pena mostrar. A gente fez essa apresentação muito rápida. No primeiro slide, a gente mostra como é que se comporta o ativo do clube. Um comparativo do ano de 2022 com o ano de 2023. Também demonstramos o que é ativo circulante e ativo não circulante, com uma única observação, que diz respeito a um investimento no exercício de 2023, em torno de 48,63% com relação ao ano anterior. Na rubrica investimentos, nós tivemos, no ano anterior, uma ordem de R$ 9.785.000 e no ano de 2023, R$ 14.176.000. Aqui, a gente passa a mostrar a composição do passivo circulante e não circulante, patrimônio líquido e como são representadas também as contas que fazem parte do passivo circulante: fornecedores, credores; sem nenhuma variação percentual mais expressiva. A única coisa que chama a atenção é o item com as obrigações judiciais, que teve um aumento de 56% no ano de 2022 para o ano de 2023. Isso também merece que seja um pouco mais explorado, a composição desse passivo, por ter um aumento bem representativo, de R$ 210 mil para R$ 328 mil. O restante, o comportamento é quase que sem alterações expressivas. Assim, a gente passa a analisar o passivo não circulando, que apresenta uma variação muito mais forte, no sentido da subvenção governamental, que se trata da verba do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC). À medida que esses convênios vão sendo executados, é natural que os saldos dessas contas também sejam abaixados, em função de o clube exercer essa verba. Agora, a gente vê o que é o património líquido do clube, que é representado pelos títulos patrimoniais, ajustes e cotas patrimoniais, onde os senhores podem notar que não tem nenhuma ou pouca diferença de um ano para o outro. Praticamente, se mantém estável. O patrimônio dos títulos, total líquido, não sofre nenhuma variação. Títulos em tesouraria permanecem a mesma coisa. Os títulos familiares tiveram uma boa variação, cresceram de 52 em 2022, para 133 em 2023. As contribuições de investimentos patrimoniais também permaneceram as mesmas, assim como o ajuste, a avaliação e o superávit. Assim, o resultado do período, que no ano de 2022 teve um resultado um pouco mais favorável, os ajustes também permaneceram a mesma coisa. São técnicas contábeis que ficam sempre nesse tipo de conta. Cabe um destaque para os índices de liquidez do clube, que permanecem absolutamente à vontade. Ter liquidez corrente, significa o grau de capacidade de transformar o ativo circulante. Quer dizer, agora, com todas as contas que eu tenho com maior liquidez, tenho verba para liquidar também as dívidas no passivo circulante no curto prazo. A variação é pouca, e permanecemos, do ano 2022 para 2003, com índices absolutamente tranquilos, folgados. Significa que o clube tem muita saúde financeira, principalmente no curto prazo, que é o que interessa para a gente. O próximo slide diz respeito à composição das receitas, o que é orçado e o que é realizado, percebendo que, no campo de receita, nós tivemos um percentual de execução de 99,56%. Então, o que foi orçado para receita foi muito bem realizado, quase que 100% do que foi orçado. O conselheiro Eli Issa está me lembrando de citar os índices de 2023: 2,10 de liquidez corrente; 2,01 liquidez seca; e 1,21 de liquidez imediata. É importante isso, que já foi colocado no parecer, todas essas informações referentes a índices contam. O que querem dizer esses números? Que estamos absolutamente confortáveis. O próximo slide diz respeito à identificação contábil das receitas. No quadro da composição das receitas, elas estão com 99,56% de execução. O próximo quadro só diz respeito a uma disposição mais detalhada das contas. É uma demonstração mais analítica. Temos ainda uma demonstração do que foi orçado nas despesas e

o que foi realizado nessas despesas. As Despesas Correntes tiveram uma variação um pouco maior em função do que foi orçado, R$ 55.965.000,00; e para o que foi realizado, R$ 51 milhões. Despesas com reformas, também é o saldo que vem do exercício anterior, foi praticamente 50% de execução. No total, demostramos no gráfico do parecer o que foi realizado e o que foi orçado. Em torno de 88,73% das despesas foram realizadas. Foi detectada uma divergência, é uma observação mais específica da Comissão Fiscal, consta no parecer, referente ao relatório de prestação de contas que foi enviado, no item 6.2.1, de R$ 86 mil. Nós verificamos isso depois, mas não altera o resultado, porque pode ter sido alguma divergência desse sistema na hora de puxar as informações. Eu estou comentando isso para registrar, mas não vai ter alteração nenhuma na apresentação toda. Depois, nós temos um quadro da demonstração das despesas, que dão origem às subcontas; e quem quiser conhecer, fica à disposição, fica demonstrado analiticamente as despesas que foram orçadas e realizadas; o que teve de saldo, o percentual de realização de cada subgrupo e de cada subconta. Na demonstração das receitas, a Comissão Fiscal faz uma observação de um único subgrupo de subcontas, que apresenta um comportamento atípico no percentual de realização. Esse percentual diz respeito às despesas de pessoal, onde nós fizemos uma análise mais específica dessa, que foi colocada no nosso relatório. E eu coloco aí o que cada subgrupo da despesa de pessoal representa, e chamo atenção que o número ultrapassa o que foi orçado em relação ao que foi realizado, no subgrupo de proventos. Se verificou que em dezembro de 2023, nós tínhamos um quadro que ultrapassava em quase R$ 970 mil na despesa com pessoal, e a comissão coloca em miúdos o que isso representa. Mesmo com todos os remanejamentos dentro desses subgrupos de contas, ficou insuficiente em um valor de R$107.798,50. Na realidade, no parecer da Comissão Fiscal, a gente coloca todas as contas, todos os nossos itens. Nós conseguimos identificá-los com os mesmos itens do relatório de prestação de contas. Isso facilita sobremaneira, à medida que todas as análises que foram efetuadas no parecer da comissão estão identificadas com os mesmos itens e subitens do relatório de prestação de contas. Então, tudo o que foi feito na Comissão Fiscal diz respeito aos mesmos itens que foram apresentados pelo Conselho Diretor. Isso facilita demais a análise que a Comissão Fiscal está fazendo das contas que foram apresentadas pelo Conselho Diretor. E, dentro dessas análises, nós procuramos fazer um quadro bem sintético do que representa as performances das diretorias, inclusive o que foi orçado e realizado em termos de receita e despesa. A análise mais contundente que foi identificada, seria fazer um comparativo nas receitas realizadas com as despesas realizadas, quer dizer, não foi orçado; o que foi orçado tem aqui nesse quadro também de percentuais de realização, tanto de receita, quanto de despesa. Mas, o que é mais significativo é o quanto eu realizei na minha receita, quanto eu me propus a arrecadar esse ano, quanto eu, efetivamente, realizei de despesa do que foi orçado. Vocês irão ver no último slide, uma comparação, um gráfico mostrando a performance de cada diretoria ou de cada área do clube. Existem diretorias que eu não consigo exigir performance de arrecadação de receitas, como é o caso do Jurídico, da Engenharia, do Patrimônio; não têm a menor condição de obrigar essas áreas a gerarem receita. Então, vai aparecer essa deficiência. E cabe destacar que há três áreas do clube que trabalham com um percentual de realização maior, com um percentual de realização de mais receita gerada do que despesa realizada. É o caso da diretora financeira, que tem todas as facilidades das aplicações financeiras do clube; do Espaço Saúde, que é absolutamente

superavitário em quase 140% em função da receita realizada com as despesas realizadas, parabéns; e o Ciate, que também consegue ser, praticamente, autossustentável. Nas outras áreas, a gente faz esse comparativo também: umas mais, outras menos, mas tudo em função dos números que nos foram disponibilizados. Não teve nenhuma conotação de uma diretoria, de uma área, de lado pessoal, nada. Isso tudo é em função de números que foram passados. A Comissão Fiscal não produziu nenhum número. Nós não fizemos nenhum número. Nós fizemos, quando confrontamos alguma divergência, divergência essa que eu já falei com o diretor João Uchôa, e acho que a gente vai conseguir consertar, mas nunca teve uma produção de números. E o juízo de valor que estamos fazendo aqui é extremamente técnico, absolutamente nada pessoal, contra absolutamente ninguém ou qualquer área do clube. É o número de trabalho, é o número que a gente faz a análise. A Comissão Fiscal tem uma proposta de modificação no parecer. No Item 8.1 é solicitado que se apure responsabilidades, com o resultado apontado pela auditoria externa realizada na área de TI, matéria consolidada através da CI.1001.13.2023, anexa ao citado parecer que os senhores receberam. No Item 10 do nosso parecer, item Conclusão, opina-se pela aprovação do relatório de prestação de contas de 2023. A modificação proposta diz respeito à inclusão da expressão "ressalva", assumindo o item um novo teor: "De todo o asseverado e, considerando o CPC – 00, as Demonstrações devem possuir três atributos: devem ser completas, neutras e livres de erros. Examinando os Demonstrativos apresentados, encontramos todos esses atributos, constituindo elementos suficientes para a aprovação, com ressalvas (ultrapassados os questionamentos elencados no item 8), do Relatório de Prestação de Contas 2023, visto que o que fora apresentado representa fidedignamente, a realidade financeira do Iate Clube de Brasília." *Explicando um pouco mais detalhadamente a esse respeito, o item 8 do nosso parecer diz o seguinte*: "A Comissão Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo a constituição de uma comissão para avaliar os temas abaixo, bem como adotar as devidas providências que julgar necessárias: 1 - Auditoria realizada no setor de informática, resultando em questionamento da Comissão Fiscal através da CI 1001/13/2023, anexa ao presente parecer. 2 – A extrapolação do orçamento na rubrica 3.02.01.02 – Despesas c/Pessoal – por se tratar desta, a única rubrica a apresentar esta particularidade, conforme demonstrado no subitem 6.2.3.2.1." *Então, a única alteração que a gente faz é que não é só a aprovação do relatório de prestação de contas, é a aprovação desse relatório com ressalvas, ultrapassados os questionamentos do item 8. Por fim, agradecemos aos senhores e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida, não só hoje, mas sempre. Obrigado a todos."* O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: "*Muito obrigado à comissão. Ela tem um assessor designado, especialista em contabilidade, que recentemente pediu a sua demissão do clube, porque teve uma proposta fora. Então, a própria Comissão Fiscal teve que realizar o trabalho sozinha. Seguindo, eu tenho um requerimento do ex-comodoro Flávio Pimentel, protocolado na Secretaria do Conselho, que diz*: "Solicito conceder 5 a 10 minutos antes da deliberação dos senhores conselheiros a respeito do parecer da Comissão Fiscal, sobre o relatório da prestação de contas do exercício de 2023, para que eu possa prestar os devidos esclarecimentos. Respeitosamente, Flávio Martins Pimentel, ex-comodoro e conselheiro nato." *Eu vou deferir o requerimento, mas, dentro do Regimento, pois isso se enquadra com a instituição tradicional de manifestação do conselheiro. Tendo em vista que a matéria diz respeito a parte da*

gestão do ex-comodoro, até 15 de novembro de 2023, eu vou conceder os 5 minutos e farei uma prorrogação, como exceção. Mas, o pedido será, efetivamente, dentro da discussão da matéria. Então, concedo a oportunidade, se o senhor quer abrir a discussão, como primeiro inscrito. Também o comodoro, Luiz André, terá a oportunidade de prestar os esclarecimentos, obviamente, solicitando a palavra. Eu vou abrir a inscrição. Registro a presença do ex-comodoro Ennius Muniz, e já o cumprimento pelo seu aniversário esta semana." O ex-comodoro, **FLÁVIO MARTINS PIMENTEL**, se pronuncia: "*Boa noite a todos, conselheiros, presidente, comodoro, conselheiros e Comissão Fiscal. Realmente, preciso dar alguns esclarecimentos sobre essas duas questões que foram colocadas pela comissão. Antes de mais nada, falar um pouquinho sobre a execução orçamentária. Vou lembrar que no final do mandato do comodoro Rudi Finger e início do meu mandato, nós tivemos a pandemia, que nos prejudicou muito na execução orçamentária. Mesmo assim, eu queria destacar que os saldo das receitas das despesas de investimento mostrou uma tendência de redução. Custeio, a mesma coisa, uma tendência de redução. Também lembrar os feitos pela comissão de infraestrutura, pela nossa engenharia e pelo nosso engenheiro que foi contratado. Eu diria que a engenharia era uma antes e agora é outra por causa disso. Para vocês terem uma ideia, a execução das reformas ficou em 100% em todos os itens, menos em um, que foi o telhado do Poliesportivo. Mas, por que aconteceu isso? Porque a engenharia apresentou uma proposta de projeto que foi rejeitada pela Comissão de Infraestrutura. E rejeitou corretamente, quando o atual comodoro constatou que poderia ser feita a obra com menos recursos e mais rápida. Mas, nós perdemos um tempinho para refazer o projeto. A mesma coisa aconteceu na academia, na sala de spinning, também modificado o projeto para melhor. Aquele projeto previa uma demolição de laje. O presidente da Comissão de Infraestrutura disse para reforçar as lajes, uma obra mais limpa, menos barulho e menos interferência no andamento normal da academia. E a mesma coisa na rede de água. Também foram feitas alterações de um projeto para melhor, aliás, todas elas. Então, é isso, essa questão da execução orçamentária melhorou bastante, e vai melhorar mais ainda na gestão do comodoro. Com relação à pessoal, antes de mais nada, eu gostaria de lembrar que, quando assumimos o clube, tínhamos 505 colaboradores; e, durante a pandemia, chegamos a 460, dos quais, cerca de 60 tiveram suas cargas horárias reduzidas. Ao final do mandato, nós terminamos com 490, ou seja, 15 funcionários a menos, o que mostra o esforço de fazer funcionar em plena carga, com a menor quantidade possível de funcionários. Nesse último ano, nós fomos levantados pelo RH em 36 movimentações de pessoal. Foram 20 de contratação, ao menos; 09 aumentos de carga horária; e 8 promoções. Foram, 4 em janeiro, 3 em fevereiro, 2 em março, 1 em abril, 13 em maio; em junho e julho não houve nada; 1 em agosto; 4 em setembro; 6 em outubro; e 2 em novembro. Essas movimentações, a grande maioria, eram para atender as necessidades do próprio associado. Da academia, saímos de 1.300 alunos, para 3.300. Portanto, tivemos que aumentar o quadro com 2 funcionários e aumentar a carga horária de mais 8: sendo 6 em maio; e 2 em setembro. Nos Esportes Coletivos, aumentou 01 auxiliar de esporte, não lembro para o que era. Para atender a natação e esportes individuais: 01 auxiliar. Segundo a diretora, aumentou a carga de serviço. A demanda por apoio na natação está acontecendo, eu confirmei isso com o diretor de esportes e com a funcionária da Secretaria. Setor de Contratos, o que o nosso conselheiro Eli Issa tanto me cobrou, para regularizar os contratos do clube, tivemos*

que reforçar a equipe de contratos, para que a gente pudesse terminar o mandato com todos os contratos regularizados. Na Contabilidade, tinha uma funcionária com desvio de função, ou seja, ela não estava perfeitamente enquadrada, segundo o nosso diretor financeiro, era mais simples e fizemos os ajustes. No Departamento Médico, nós contratamos uma médica para o meio da semana atender aos sócios, pois eles queriam entrar na piscina sem exame médico. A confusão costumava acontecer, é difícil lidar com o sócio, pois ele acha que está com a razão. Enfim, achei melhor, no período da tarde, ter uma médica para evitar essa confusão. O Farol, para ele poder funcionar, o compromisso era abrir a entrada de pedestre, para que o não sócio pudesse entrar. Inicialmente, não precisaria de ninguém, mas deixamos dois postos de apoio descobertos no horário de funcionamento do restaurante. Não podíamos mais prosseguir com essa situação, porque um posto descoberto pode trazer dificuldades para a gente. O motorista, no meio da semana para o carrinho elétrico, era uma solicitação dos idosos, e colocamos mais um motorista. O judô cresceu muito e a gente precisou aumentar a carga horária dos professores. Sala de Estudos, como construímos a sala, ela precisava funcionar, precisava de atendentes na recepção. Em linhas gerais, foi isso! Quero também ressaltar que esse último semestre da nossa administração, foi um período intenso, com os preparativos para as eleições e a gente tinha que terminar algumas prestações de serviços. Eu fiquei muito focado nisso! Portal da transparência do site do Iate, quem se lembra? O atual comodoro deve lembrar o esforço que foi para a gente atualizar e organizar todos os documentos do portal de transparência. Tivemos as melhorias dos procedimentos da Ouvidoria, as dificuldades para regularizar o posto de gasolina, assim também como da área norte, as últimas negociações para finalizar o contrato de patrocínio com o BRB, a própria finalização de obras, como a rede de águas e a Tribuna do Tênis. O que aconteceu com a folha de pagamento? Por estratégia do RH, assim acredito, ele deixou acumular para o final do ano as necessidades de remanejamentos. Ele poderia ter antecipado muitas delas ao longo do ano. Isso seria, talvez, a melhor estratégia, e não deixar acumular para o final do ano as necessidades de remanejamentos, no meu entendimento. Talvez tenha tido um mal-entendido, não meu, mas da gerente de recursos humanos, de que as contratações de final de mandato que foram feitas para atender à sala de estudos, portaria do restaurante, etc., foram feitas, no meu entendimento, com base em verbas que não ultrapassassem 15% das contas do mesmo grupo que poderiam suportar. Então, esse foi um mal-entendido meu. E eu fiquei com isso na cabeça: vamos seguir em frente com os remanejamentos dentro da competência do Conselho Diretor? Aliado também a uma questão de a gente poder ter esses remanejamentos com mais antecedência, não deixar tanto para depois. A estratégia, para mim, foi boa, porque ficou tudo muito em cima da hora, e esses remanejamentos foram para o Conselho Diretor, no dia 03, e no dia 07, eu assinei uma CI para o Conselho Deliberativo, mas não li direito o que estava escrito. Estava escrito que seria necessário autorização, que seria de competência do Conselho Deliberativo. E aí está um erro meu, que deveria ter lido direito o que estava assinando. Então, passou! Segundo, se ali estivesse claro que parte dos valores eram de contas que ultrapassavam os 15%, a gente separava e, imediatamente, ligava para o Presidente do Conselho Deliberativo. Coisa que eu não fiz, porque achei que estava tudo certo. Eu verificaria com ele se era possível ainda fazer ou não esses remanejamentos, por conta da competência do Conselho. Senão, eu teria que reduzir o quadro de funcionários, teria que fazer um ajuste ou voltar atrás na abertura

da sala de estudos, com aqueles funcionários que foram contratados e ainda estavam em período de experiência, para minimizar isso. Houve um mal-entendido nesse ponto. O fato é que eu não tive a mínima intenção de burlar qualquer tipo de norma. Não foi essa intenção. Eu não iria, nunca, autorizar despesa que ultrapassasse as competências do Conselho Diretor. Quanto à TI, o sistema de dados estava guardado em servidores físicos, hoje, está em "nuvem". Além disso, criamos um app e um novo site, e os fornecedores deram muito trabalho. Tive que "arrancar no fórceps" a entrega dos serviços. Foram pagos, eles acabaram entregando, mas deram trabalho. Compramos assinatura eletrônica. O que aconteceu? Por questões profissionais, o vice-diretor de Informática, Marcello Katalinic, teve que sair. Ao mesmo tempo, o coordenador da área também se afastou por licença médica e é provável que não volte mais. E eu, muito preocupado, porque eu não sou dessa área, tive que contratar uma empresa de auditoria externa especialista, que tenha algum técnico especializado em tecnologia, para que pudesse fazer uma varredura em tudo e dizer o que era para fazer, o estava faltando e dar um caminho. Nesse relatório, a maioria dos problemas foi por falta de um regulamento um pouco mais preciso, ou até instalar no Iate um sistema de compliance, para que certas situações sejam evitadas. Com relação à TI, o conselheiro Marcello Katalinic tem muito mais condições de prestar os esclarecimentos. Era isso o que eu tinha que falar. Agradeço a flexibilidade do prazo, para eu prestar os esclarecimentos. Muito obrigado". O Presidente da Comissão Fiscal, o conselheiro **JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL**, se pronuncia: *"Bom, respondendo ao meu amigo Maurício Carneiro, nós recebemos a proposta de emenda e, na realidade, na exposição, fiz questão de não comentar nenhuma das duas propostas em função de que já era esperado que o conselheiro colocasse em pauta e ele mesmo defender a sua emenda. Vou ler a parte da emenda dele: "*<u>É necessário adequar o parecer que será submetido à apreciação do Plenário, de modo a eliminar a adjetivação que descreve equivocadamente o desempenho do Setor Náutico pelas seguintes razões: 1. O déficit realizado do setor (R$ 2.023,5 mil) superou o orçado (R$ 1.884,0 mil) em 7,4%. Qualificar tal superação como "forte" é um exagero e isto fica mais evidente ainda quando comparados os déficits nominais realizados pelos setores afins.</u>*" Bom, a avaliação que foi feita pelos membros da comissão, seria na seguinte ordem: no que diz respeito à emenda, as palavras forte, fraco, médio, bom ou último, como o conselheiro escreveu no final, com todo o respeito, não vai modificar o resultado do setor. Então, como a gente colocou em um quadro e nesse quadro já está intrínseco no nosso parecer da prestação de contas, apenas três setores do clube trabalham com quase 100% do que é orçado, que são: o financeiro, o Espaço Saúde e Ciate. Todos os outros setores têm o desempenho da execução abaixo. Então, não vimos qualquer motivo para que seja feita uma emenda para modificar um adjetivo, segundo o que sustenta o conselheiro. Então, não é alta ou baixa, forte ou fraca, que vai modificar o resultado do setor. Em função das frustrações que poderiam ser citadas dentro do relatório, nós temos informações disso. Houve, inclusive, uma frustração de receita, que era programada em função de uma verba que o BRB destinou ao Iate in Concert. Essa verba foi parcialmente transferida para o setor náutico, e não houve contraprestação desse contrato com o BRB, em função de que essa contraprestação, para ser realizado esse patrocínio de R$ 100 mil, deveria ter quatro inserções do BRB na Revista do Iate, mas só existiam mais duas edições da revista para serem publicadas. Em função disso, teve uma glosa de R$ 16 mil em cada uma das parcelas dos R$ 50 mil. Então, isso foi uma frustração de*

receita. Inclusive, é requerido isso através da emenda do conselheiro Maurício, e essa complementação dessa receita não tem mais, ela já se encerrou no ano de 2023 e não adianta solicitar de volta, porque isso já é assunto determinado. O BRB glosou, porque não foram feitas as duas inserções na Revista do Iate. Então, esse dinheiro, o clube deixou de ganhar. Foi feito dessa forma e não se conseguiu fazer a contrapartida desse patrocínio. Então, não tem aqui juízo de valor também, dizer se há ou não responsabilidade. Foi uma receita que o clube deixou de ganhar, que já era certa. Da maneira que foi feito, essa receita não entrou nos cofres do clube. O resultado do déficit dos setores, estão expostos no parecer e na apresentação que a gente fez. Mais uma vez, o forte, o fraco, o médio ou o bom, não vão afetar o resultado de nenhuma das áreas. Obrigado, presidente." O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Então, toda essa narrativa é para dizer que a comissão está rejeitando a emenda."* Em seguida, a palavra é concedida ao conselheiro **CARLOS HENRIQUE BORGES GRACIANO**: *"Boa noite, presidente da mesa, conselheiros, diretores. Vou apresentar a minha emenda, que todos os conselheiros já receberam. Estamos falando aqui de uma excelência, do nosso grande ex-comodoro Flávio Pimentel, que fez uma boa gestão, assim como outros que também já foram comodoro. O Flávio já falou todos os pontos, já deu suas explicações. E, diante dessas explicações que ele deu, nós fizemos essa emenda. Ela faz uma reformulação da emenda do conselheiro Maurício Carneiro. Nós reformulamos o termo do parecer, podem ser palavras ou termos, mas isso pode ser prejudicial para alguma coisa, como se concluir ou não. Enfim, é cabível. O ex-comodoro Flávio Pimentel justificou muito bem. São coisas que não precisavam, são coisas que, de repente, na gestão, no dia a dia, todos aqui que são empresários ou tem família, sabem que isso pode acontecer. Coisas acontecem. Mas, eu acho importante a gente reformular essa parte do texto, inclusive a questão da TI. Acho que foi uma questão de comunicação, então, a gente sugere reformular também essa frase. Obrigado."* O conselheiro nato **MARCELLO KATALINIC DUTRA** se pronuncia: *"Prezados membros da mesa, cumprimento o Presidente, Edison, e todos os integrantes da mesa, bem como os diretores e conselheiros; boa noite! Em primeiro lugar, parabenizo à Comissão Fiscal pelo parecer bastante completo. Eu analisei o relatório da Comissão Fiscal de três pontos de vista diferentes: 1) como ex-membro dessa comissão fiscal, presidida pelo Jorge Brasil; 2) como ex-diretor da área, tomei posse no começo do mandato do Comodoro, Flávio, onde permaneci por mais ou menos um ano, e, finalmente, como conselheiro, após a minha saída por motivos profissionais. Gostaria de lembrá-los e contextualizá-los de que à época estávamos em plena pandemia e que o setor de informática estava sendo muito demandado, havia grande demanda por funcionários e sistemas especializados. Também é oportuno citar o tamanho reduzido do quadro de funcionários do setor naquela época, apenas quatro funcionários. Dois cuidavam de atendimentos, tais como impressoras e outros hardwares, nosso helpdesk, para atender essa cidade chamada Iate Clube. O terceiro funcionário era dedicado, exclusivamente, ao nosso ERP, o sistema Benner, e finalmente o gerente, João, que cuidava da infraestrutura. É necessário lembrar que a auditoria na Tecnologia foi solicitada pelo comodoro Flávio, voluntariamente, para assessorar o trabalho da comodoria. Vamos aos pontos de atenção que abordam a CI.1001.013.2023, de 11/12/2023, e do relatório: 1.1 - Objeto: Assunto - Manutenção preventiva (avaliação geral dos aterramentos e conexões, testes e aferições).* "Ausência de análise dos fornecedores" - *estranhei essa afirmação da auditoria, visto que temos*

o jurídico do clube que sempre trabalhou com total congruência com os demais setores. No entanto, considero válida a ação recomendada pela auditoria de "elaborar uma metodologia de desenvolvimento de fornecedores com critérios claros para uma classificação do tipo de produto ou serviço a serem contratados". *Uma revisão nos procedimentos é sempre bem-vinda. 1.2 Ponto de Atenção: a) Assunto - Ausência de verificação do quadro societário dos fornecedores para garantir o atendimento das normas internas do Iate Clube e evitar conflito de interesse. Nesse caso específico, discorre sobre a participação societária na empresa Marangoni, na qual o colaborador João, já fez parte da sociedade. Para quem não sabe, a Marangoni é do Júlio Marangoni, que foi um excelente gestor da área de informática, diga-se de passagem, e saiu para abrir empresa em São Paulo. Naquela época, o João fazia parte da sociedade, mas, segundo soube, deixou de fazer quando foi recontratado pelo clube. Mas, é importante consignar que os preços praticados estavam de acordo ou abaixo com os de mercado. Temos uma área de compras no clube, justamente para atender às nossas necessidades. Mas, de novo afirmo, uma revisão nos procedimentos é sempre bem-vinda. Diz a auditoria: b) O texto da norma não é claro e se restringe apenas a "prestação de serviços". Ação Recomendada: a) Elaborar uma metodologia de backgroud check, que faça parte do processo de desenvolvimento de fornecedores, para evitar conflito de interesse ou eventual manipulação dos valores em cotações. Mais uma boa recomendação para revisitar a Resolução Normativa nº 001, de 24/04/2020, que trata do processo de compras, que foi elaborado com a importante participação dos conselheiros Ricardo Macedo, Eunice Malvar, Maurício Albuquerque, Moisés Espírito Santo e a minha. Importante citar que o item termina com a citação de que* "... para todos os outros quesitos em todas as outras Ordens de Compras que foram listadas nessa auditoria não encontramos distorções ou falhas." *Os apontamentos são para 7 ordens dentre as 100 pesquisadas. 1.3 Assunto - Mapa demonstrativo de preços - Não preciso perder tempo com esse item, porque traz o mesmo assunto e a mesma recomendação da anterior, ou seja, enriquecer o processo de compra, especificamente quanto ao mapa de cotações, com inclusão de CNPJ em processos específicos. 1.4 Assunto - Análise da formalização de propostas e processo de compras. Aqui ele faz referência à similaridade dos textos nesses processos de contratação que vieram da área de comunicação, das empresas 1Boa Ideia, Informach e WorkingTech, mas lembra que não fazem parte do escopo de venda, enfim, seria um ponto de atenção. A seguir, aponta um erro material grosseiro, mas nada mais é do que um simples erro de fórmula em uma planilha (a soma de 88.800 + 43.200 = 132.000 3.600) e, mais uma vez, sugere melhora nos processos internos. Em relação à afirmação de que* "... em nossas análises verificamos que não foram solicitados, durante o processo de cotação, certificações que pudessem garantir a qualidade do serviço contratado, apenas foi avaliado o preço." *Essa análise já tinha sido feita pela área de comunicação, a empresa foi indicada e avaliada pela área, isso para nós era o bastante. Mas, houve exaustivas pesquisas, os serviços foram entregues e estão todos rodando. A recomendação é preventiva e válida. 2. Dados técnicos e valores das propostas para prestação de serviços de Tecnologia da Informação. 2.1 e 2.2 Objeto de contrato e fracionamento Iate Fácil e TechSoft - O sistema Iate Fácil foi idealizado para substituir o antigo sistema de relacionamento com o sócio, o Techsoft, para serviços como reservar, consultas de churrasqueira, etc., foi contratado com a mesma empresa que fez o aplicativo do Iate. Os dois sistemas, o App do Iate e o Iate Fácil, são*

extremamente dependentes e interligados, e foram desenvolvidos em conjunto. 2.1 Assunto - Iate Fácil e TechSoft - Houve ausência de verificação de objetos similares, o que ensejou no possível descumprimento da norma nº 001 de 24/04/2012. Sim, esse erro ocorreu, falha nossa! Erramos na verificação. O clube não foi onerado, não houve fraudes ou desvios. 2.2 Discorre sobre falha no processo de avaliação de entrega dos produtos contratados, compliance nos pagamentos. Refere-se ao sistema Iate Fácil que, como tinha profunda ligação com o aplicativo, teve fases conjuntas e aditivo contratual. Não houve fraude o front-end, back-end, as API's entregues e os sistemas estão rodando. Não tem fraude e nem desperdício de valores. 2.3 Mais uma vez, temos a sugestão de melhora dos processos internos, e abre o item dizendo que: "... explica sobre determinada contratação que foi paga e entregue e que houve falha no acompanhamento da entrega". *Ok! Assunto - Controle sobre implementação do escopo contratado - é falado sobre a contratação da empresa LGPD Now, que entregou o sistema, mas que não ocorreram os processos internos para que o software entrasse em funcionamento em todas as suas funcionalidades. Mas, isso ia levar tempo mesmo e sabíamos disso. Envolvia o jurídico e exigia o treinamento de colaboradores. Não se muda a cultura de uma organização da noite para o dia, tratamento e proteção de dados sigilosos é assunto para muito tempo. O Iate, mais uma vez, saiu na vanguarda em termos de LGPD, já tínhamos definido os papéis críticos, o DPO, Data Protection Officer, ou diretor de proteção de dados, etc. Eu me preocupei muito com isso, mesmo devido a minha origem profissional, eu já tinha feito um treinamento. A LGPD assustou muito no início, aliás, como todo processo, havia ameaças de cobrança de multas exorbitantes. Nunca tivemos problemas nesse sentido. Notem que até aqui todos os itens têm foco nos processos internos e sugerem o seu enriquecimento, recomendação muito bem-vinda. 2.4 Pagamento fora do contratado - Aplicativo do Iate - A empresa que venceu esse processo foi a MadeFy. No entanto, eles subavaliaram o escopo e os serviços, e o contrato teve que ser aditado, mas nada foi feito em desacordo com o contrato. Deixo claro que o sistema foi entregue com atraso, sim, mas foi entregue. Esse atraso foi em decorrência da falha na avaliação do tamanho do projeto, já justificado anteriormente. Foram feitos o desenvolvimento da camada de API e o aplicativo está pronto e rodando. O mais importante é que o clube não foi lesado, não houve majoração de preços e, quem entende do assunto, nos parabenizou pelo valor contratado. O que resta ser explicado em relação a isso? O Iate e a MadeFy tiveram divergências em relação à entrega dos produtos e aos valores contratados e, como não houve consenso, até onde sei, será buscada uma solução jurídica para o assunto. Termina a CI informando que foram apontadas falhas na segurança digital do clube em diversos pontos. Me desculpem, mas acho que não faz parte das atribuições de uma Comissão Fiscal apontar falhas em segurança digital. No entanto, agradeço muito a comissão, por ter levantado um assunto pelo qual batalho há anos e que já falei por diversas vezes, cito, principalmente, as minhas falas que podem ser vistas nas atas das reuniões de 08/11/2018 e 12/12/2019. A auditoria foi contratada, voluntariamente, exatamente para isso, para nos ajudar a nortear e aprimorar os processos. Não posso deixar de mencionar que a conclusão do parecer causa, no mínimo, estranheza, pela forma como foi escrita, que causa interpretações diversas e não faz sentido dentro da matéria julgada, buscar apuração de responsabilidades, não faz parte das atribuições deste Conselho fazer oitivas. Eu tenho orgulho de ter participado da renovação tecnológica pela qual o Iate passou. Lembro aos senhores do*

ataque cibernético, que sofremos em 28 de dezembro, onde todos os dados foram comprometidos, várias estações foram atingidas e todos os dados e sistemas foram criptografados, muitos sócios sequer souberam do evento. Na manhã seguinte, todos os sistemas já tinham sido recuperados e estavam no ar, graças ao nosso planejamento e o plano de recuperação, não houve danos ao clube. Este é o nosso novo Iate. Boa noite e obrigado." O ex-presidente, ex-comodoro e benemérito, **RUDI FINGER**, se pronuncia: *"Boa noite, senhor presidente, comodoro, conselheiros e diretores. Parabenizo à Comissão Fiscal, excelente trabalho. Vou falar da Conclusão do parecer, no qual houve uma recomendação e, como o conselheiro Marcello Katalinic falou sobre a TI, não é a minha área, mas na minha gestão, nós tivermos, por duas vezes, na época da chuva, raios que atingiram os nossos equipamentos. Tivemos ataques cibernéticos, inclusive, teve um, que até hoje está sob apuração da Polícia Civil. Realmente, é algo complicado. O André Ruelli era o vice-diretor, ele conhece o assunto e foi pessoalmente à Polícia Civil, junto com o nosso Superintendente. Existe um delegado especialista nisso, que cuida disso. Então, Comissão Fiscal, é complicado. Mas, vamos falar agora do orçamento, que estourou. Mas, na minha opinião, foi insignificante, porque o comodoro, todos aqui sabem e tenho certeza de que todos avalizam a sua honestidade, não ganhou nada com o que aconteceu. Não houve nenhum prejuízo para o clube. O clube tem os recursos. O que houve foi uma não observância no orçamento. Então, acho que isso é o de menos. Se resolve. O importante é que não se locupletou em nada. Trabalhou com honestidade. E, se estourou, ele atendeu a pedidos de diretores, como disse aqui. E houve esse entendimento junto com os setores do clube e não se apurou antes de autorizar se o orçamento seria estourado. Então, quero dizer que a comissão apurou, verificou, mas não há essa necessidade de se apurar responsabilidades. Acho que o alerta é importante, como ele disse. O alerta pode ser até para o nosso próximo comodoro, para o nosso diretor financeiro, para a área financeira, para estarem atentos e não acontecer novamente. Mas, acredito que não houve prejuízo para o clube. Então, são áreas complicadas. A área de informática, para você conseguir profissionais lá fora é uma dificuldade muito grande para contratar, e as empresas estão aí para faturar. E é coisa cara. O clube, desde aquela época, já está muito bem na área de informática. Eu agradeço ao conselheiro Marcelo Katalinic, que não era da minha diretoria, era do Conselho, e, realmente, tem feito muito por este clube, principalmente, nessa área. Muito obrigado a você por sua dedicação. Você "veste a camisa", você esclarece, você ajuda a administração a esclarecer esses detalhes da área de informática. São profissionais que nós temos, graças a Deus, sócios, conselheiros, e já citei o André Ruelli, outra pessoa que conhece bem dessa área. Eu gostaria que o presidente do Conselho não levasse em consideração essa Recomendação, não tem que apurar responsabilidade por isso. O que houve foi mal-entendido, não houve prejuízo para o clube. Se promoveu algum funcionário, porque ele merecia; se contratou alguns funcionários, os setores necessitaram. Essa é a minha colocação, senhor presidente. Muito obrigado."* O ex-comodoro e benemérito **ENNIUS MARCUS DE MORAES MUNIZ** se pronuncia: *"Senhor presidente, Mesa, comodoro, comissão, nosso plenário, diretores; quero parabenizar o trabalho da Comissão Fiscal. É interessante! Gostaria muito que nós tivéssemos uma comissão como essa na minha gestão. Acho que ela cumpriu o papel estatutário dela. Isso, para nós, passa a ser uma referência, um marco para os próximos exercícios, porque será difícil analisar as contas do clube e não as ver com essa profundidade,*

com esse teor de análise. Então, é parabenizar e registrar esse trabalho fantástico. Me recordo que em outra gestão a gente também teve um trabalho fantástico e a gente foi tendo uma melhoria nas nossas análises de contas. Os nossos companheiros, o Flávio Pimentel, a quem parabenizo por sua gestão, pela sua dedicação e pela sua humildade em aceitar críticas, ponderações; e o Rudi Finger, que veio aqui e colocou muito bem um olhar diferente, um pouco por fora da tecnicidade das coisas. O conselheiro Marcello Katalinic, que temos que agradecê-lo sempre, fez um ótimo trabalho na nossa TI, foi uma revolução. Nós tivemos a nossa TI "apanhando" por muito tempo. E TI não é fácil, quem tem empresa com TI sabe o que é o problema. Ela é cruel. E nós estávamos defasados, mas essa defasagem foi encurtada com a presença do conselheiro Marcello Katalinic, trabalhando de graça, emprestando o seu conhecimento para o clube, como todos os que estão aqui. Alguns há muitos anos e outros não, como o conselheiro Carlos Henrique, que acabou de apresentar a sua primeira emenda, com muita propriedade; quero, inclusive, ler essa emenda, que foi muito cabível, pois nós sempre zelamos pelas contas do clube, que é a nossa obrigação número um. A transparência é algo que nós lutamos há muitos anos. A comissão acabou de nivelar essa transparência. A malversação de recursos, é óbvio, ninguém quer isso. Nós jamais iriamos aprovar, compartilhar, compactuar com qualquer coisa dessa área. Mas, acho que a gente deveria fazer uma avaliação mais profunda de todo o trabalho que a gente prestou ao clube. Tem muita gente para errar por nós. Eu brinco dizendo que a comodoria é uma "cadeira elétrica" que, de repente, você toma um choque. Isso aqui é uma máquina, nós temos muitas áreas de atrito, nós temos toda uma parte política, social, financeira e econômica. É um mundo. Isso aqui não é mais uma pequena empresa, uma média empresa, já é um modelo. Em algumas situações, nós temos que aproveitar o nosso próprio quadro. Quando preciso de alguém, posso procurar um headhunter para achar um profissional. Aqui, tem que aproveitar o quadro da casa. E, obviamente, todos eles têm algo a mais a fazer na vida, poucos são aposentados e que irão se dividir nos seus afazeres e obrigação de sobrevivência, para emprestar a sua mão de obra para o clube. Então, eu acho que nós temos que ter uma atenção um pouco maior. Nesse ponto, eu pediria à Comissão que revesse, não vamos relevar, vamos apenas compreender o que de fato acontece numa gestão difícil, pesada. O Iate é um espelho, é uma referência. Quando a gente dá uma "garimpada" em alguma coisa mais forte, ela repercute lá fora. Você pode imaginar alguém que trabalhou vários anos, como o conselheiro Marcello Katalinic, que está desde a minha gestão trabalhando, ele é colaborador. Às vezes, já foi oposição em alguma chapa, mas ele é uma pessoa atuante. De repente, ele leva uma "carimbada", trabalhando de graça. Não tem sentido! Pegar o Flávio Pimentel, que tem uma história de vida, ou o Rudi Finger, ou eu, que trabalhamos, demos a "cara a tapa", tivemos uma exposição muito grande, e não pudemos, inclusive, formar uma equipe. Acho que a gente deveria pegar essa recomendação do conselheiro Carlos Henrique Graciano, que é relevante, oportuna e necessária. Ela recomenda aprimorar os processos, inclusive, apurar se tem alguma coisa errada, que se mude algum procedimento operacional, mas, de fato, os números são muito pequenos, diante da história de cada um. Diante disso, senhor presidente, peço à Comissão Fiscal que adotemos essa recomendação e façamos a aprovação, até com salva de palmas, porque é um trabalho difícil. O senhor já foi comodoro, o senhor sabe que não é fácil ser comodoro. Tenham certeza disso, quem ainda não foi, é muito difícil. E, muitos dos que passaram por aqui, passaram

por momentos muito difíceis, planos econômicos e até uma pandemia. Então, acho que é necessário o registo, mas nós precisamos adotar uma postura mais institucional, de maior respeito às pessoas que se dispõem a trabalhar pelo clube. Cada um com a sua qualidade. Cada comodoro que passou aqui tinha uma qualificação diferente um do outro e emprestou o seu serviço naquele setor com muita propriedade. Os diretores, da mesma forma. Ser diretor também não é fácil. Trabalhar de graça não é fácil. Muitas vezes, você vive em incompreensões revoltantes e relutantes, que não cabem em uma sociedade da dimensão do Iate. Nós deveríamos viver em um clima muito melhor do que nós temos. Vivemos em um bom clima, mas poderia ser melhor. As nossas eleições estão muito mais amenas, pelo padrão do nosso quadro social. Por causa disso, eu peço que a comissão revisse e nós adotemos a emenda do conselheiro Carlos Henrique Graciano. Muito obrigado, senhor presidente." O comodoro, **LUIZ ANDRÉ ALMEIDA REIS**, se pronuncia: *"Boa noite a todos. Acho que participamos de uma boa discussão. Todos nós vamos levar para casa algum aprendizado do que estamos discutindo hoje. Vou me ater à questão dos remanejamentos feitos, necessários para acertar a folha de pagamento da alegada ultrapassagem do valor orçado. Conheço os detalhes do assunto, a gente teve que participar da busca da solução, e a primeira coisa que eu posso afirmar é que não houve dolo. Não tem o que discutir qualquer traço de malversação. Houve, sim, uma falha. O comodoro Flávio Pimentel conversou comigo, e reconhece que houve uma falha. Eu vou tentar explicar, porque não sei se ficou bem entendido como aconteceu essa falha. O segundo semestre, foi um semestre super atribulado para todos aqui no clube. O comodoro Flávio concedeu esses aumentos, conforme descrito por ele, ao longo do ano, desde o mês de janeiro até o mês de novembro, quando ele encerrou o mandato. Só que, por uma série de razões ou por uma falha, aceita por ele, em 7 de novembro, há uma semana do fim do mandato dele, ele enviou uma CI para o Conselho Deliberativo, pedindo a aprovação de pouco mais de R$ 1 milhão, como complementação do orçamento. Ele não deveria ter pedido essa importância toda. O conselho recebeu e entendeu que estava pedindo mais de R$ 1 milhão. Percebeu-se, mais tarde, que boa parte desse valor poderia ter sido remanejado ao longo do ano, mês a mês, à medida que o problema acontecesse e, ao final do período, o que permaneceria como necessário de remanejamento, de autorização pelo Conselho, seriam R$ 107 mil, que hoje estão descritos aí. E foi o que acabou acontecendo. Ao fecharmos o balanço em dezembro, solicitamos um apoio do conselheiro João Wellisch, da Comissão de Orçamento, sendo que a orientação foi de que o remanejamento seria uma atribuição do Conselho Diretor, pois se tratava de contas dentro do mesmo grupo. Esta foi a falha que aconteceu na comunicação ao Conselho. Se ele tivesse pedido só o ajuste dos R$ 107 mil e tivesse feito o reajustamento ao longo dos meses, mas houve uma falha por conta da Indiara, gerente de RH, que estava de licença por estar grávida. Assim, acabamos com esse momento, em que o Conselho Deliberativo teve que dizer não ao pedido dele. Isso é um fato. Quero deixar muito claro, de que nós fizemos um remanejamento em dezembro, dentro das contas do mesmo grupo, de forma correta, e restou esses R$ 107 mil, que é o que nós temos que discutir dentro deste Conselho. E, cá entre nós, dentro do cenário, tudo o que aconteceu nesses últimos 3 anos, acho muito pequeno o valor de 0,3% da conta total. Não é para imputar a alguém uma responsabilidade de alguma falha. Essa é a minha opinião. Muito obrigado."* O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Gostaria de fazer alguns comentários*

preliminares e bem técnicos à minha fala. Primeiro ponto, a Comissão Fiscal tem mandato e uma função muito técnica, que a gente deve respeitar, porque ela representa a higidez e a fiscalização dos atos do clube, assim como ela tem que se pronunciar dentro de uma missão que ela achar adequada. Então, acho que ela é uma comissão que tem a sua isenção; para tanto, o Estatuto deu a ela, e é a única, um mandato. Ela é eleita, diferente das demais comissões, como a de Orçamento, a Social e a Esportiva. Ela tem uma higidez de mandato, exatamente para que ela mantenha essa inserção e essa independência para emitir opiniões difíceis e delicadas, como essa que a gente está vivendo aqui. Ela debruça, do ponto de vista técnico, e o que ela traz aqui, de natureza objetiva? Não está aqui fazendo nenhuma imputação, traz duas situações de natureza objetiva. Situação um: o ato de gestão do Conselho Diretor descumpre o Estatuto, quando extrapola uma decisão do Conselho Deliberativo em ultrapassar o limite orçamentário. Isso não é juízo de valor, isso é fato numérico. Então, ela traz o seu parecer, dizendo: "Conselho, houve um fato numérico de descumprimento"*; e fato 2: há uma auditoria que apontam supostas irregularidades na área de TI e que, por mais que a Comissão Fiscal tenha pedido de forma reiterada documentos à comodoria, não os recebeu. Digo isso, porque a solicitação passou pela presidência, para que ela pudesse se debruçar e opinar. Ela não teve condições, e aqui foi dito pelo conselheiro Maurício, que a Comissão Fiscal não recebeu os contratos de TI, porque o comodoro Flávio Pimentel entendeu por fazer a auditoria. Não houve o acesso! Eu pedi os contratos de TI, quando chegou a informação de que havia contratos que não foram entregues e outros relatos que foram feitos. Mas, eu não quero entrar no mérito. Então, a Comissão Fiscal estava se debruçando sobre essa questão que, posteriormente, veio apontada pela auditoria. O comodoro Flávio pediu a auditoria e ela trouxe coisas, como as que verificamos nos contratos, que houve pagamentos no valor total de R$ 108 mil, mas não foram feitas as entregas. Isso da parte da diretoria. Quer dizer, quando uma Comissão Fiscal traz a suposta hipótese de serviços pagos e não entregues, é obrigação dela apontar, pois ela assessora o Conselho Deliberativo. Então, são aspetos de natureza objetiva. Agora, cabe ao Conselho Deliberativo, e aqui, quando ela conclui dizendo que há um fato, o Conselho entende que há um descumprimento objetivo. O Conselho entende que deve ser apurada a responsabilidade? De quem é essa responsabilidade de efeitos de cumprimento? É do comodoro, cujo mandato findou em 15 de novembro ou é do comodoro que fez o remanejamento em dezembro? De quem é a responsabilidade por esses remanejamentos, que estouraram as contas? Teoricamente, os R$ 107 mil, que ficou à descoberto; entretanto, o remanejamento foi de R$ 1.100.000,00, que estourou a verba orçamentária. Diga-se de passagem, que o remanejamento se deu por verba de uniforme, destinada para pagamento de rescisões. Uma série de coisas! Agora, vamos analisar o primeiro ponto, do ponto de vista se há um descumprimento objetivo, independente da decisão do Conselho Deliberativo, incumbe ao presidente o quê? Tendo notícia de fato de irregularidade, ele tem a obrigação, independente da decisão do Conselho, de instaurar procedimento. Isso, o Estatuto impõe-lhe. Mas, diante de uma situação, fazendo uma análise para a gente tomar a decisão: caso o conselho entenda que o suposto descumprimento da sua autorização de limite orçamentário seja algo de insignificância, ou que não há dolo, não há algo que tenha sido praticado, ou até a gente já dispense a proposta da própria comissão, eis que o comodoro Flávio Pimentel, na própria tribuna, assume como propriamente, de própria voz, que ele assinou.*

Assumiu que, na sua gestão, até novembro, fez as contratações; que a origem do gasto excessivo não foi de má fé, não houve dolo, não houve lesão, não se locupletou. Então, a gente acaba se tornando despiciendo. Ter um processo que não é responsabilidade, porque a gente já viu que a responsabilidade foi assumida pelo próprio comodoro de forma muito transparente, de forma clara, que justificou que não houve má intenção, apenas uma necessidade de, durante as atividades do clube, apesar de que havia ciência de que estava estourando o orçamento de pessoal, usou de uma estratégia de fazê-lo ao final do exercício. Bom, esse é o fato que estamos aqui diante. O fato é de que houve uma questão objetiva, como a comissão coloca, mas o Conselho está aqui e vários conselheiros ilustres colocam que estamos diante de um fato de menor significância do ponto de vista lesivo ao clube ou de que não houve dolo, houve uma mera falha de gestão, sem nenhuma intenção. E temos um "remédio" técnico em que se pode adequar a proposta da comissão para que, ao invés de se designar uma comissão, a proposta do conselheiro Carlos Borges, no sentido do que se propôs no Relatório de Gestão, ou seja, fazer uso do ocorrido para uma melhoria de governança. O Relatório de Gestão trouxe uma proposta de que, em último ano de mandato, não se fazer aumento casuístico. Não é uma palavra depreciativa, é caso a caso: funcionário "a", reclassifica um, reclassifica outro, o diretor pediu pelo seu funcionário. No último ano de mandato, ou se faz um alinhamento ou não se faz, para evitar qualquer tipo de hipótese. É de que aumento de funcionários tenha algum viés de aumento em final de mandato. Então, isso foi uma proposta do Relatório de Gestão. O que se propõe na emenda do conselheiro Carlos Henrique Borges? Pede que se constitua grupo ou comissão, para que se aprimore a governança e não se tenha mais esse tipo de ocorrência; se adequa e não se perca tempo em apurar responsabilidade; e que, caso o Conselho entenda em sua maioria ou na sua unanimidade, que também não se venha a perquirir algum tipo de punição ao ex-comodoro por ele ter descumprido isso. É, mais ou menos, a minha percepção do que eu ouvi da tribuna, dos conselheiros e dos ex-comodoros. No tocante à questão da TI, pode significar o que a gente sabe, também tecnicamente, de que aprovadas as contas, mesmo como foi proposto pela comissão, com ressalva, estão aprovadas e não há mais do que se falar em apuração de gestão pretérita. Quando se aprova contas de atos, não há que se falar em reabrir gestão dentro dessas contas. Então, o que estamos fazendo é homologando qualquer coisa que possa ter havido nesses contratos. É isso que temos que estar ciente, está se fazendo essa formação de conceitos, está dando um "ok" para tudo o que foi falado aqui, com os ônus e os bônus que isso vai gerar. Acho que é esse o alinhamento que estamos discutindo ao aprovar a emenda, fazendo essa mudança de acordo de responsabilidade necessária. Ouvi isso aqui! E, se buscar uma mudança, normativo de regra de governança, para que essas questões tenham tratamento futuro diferenciado de aprimoramento de regra de governança. Eram esses os comentários, eu queria dar um alinhamento para a condução do processo de deliberação do Conselho. Vou passar a palavra à comissão, para que ela se pronuncie sobre tudo o que ouviu até agora." O Presidente da Comissão Fiscal, o conselheiro **JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL**, se pronuncia: *"Obrigado, Presidente. Existem alguns pontos que precisam de esclarecimentos. O conselheiro Marcello Katalinic esclareceu alguns pontos que estão na CI, mas é preciso que fique claro que essa CI da Comissão Fiscal é datada de 11/12/2023, pedindo esclarecimentos das providências que estavam sendo tomadas em relação à auditoria externa, que foi executada na área de TI. Nós não*

recebemos nenhuma resposta. Causa estranheza o conselheiro Marcello Katalinic, com todo o respeito, gosto muito, tenho muita admiração por ele e reconheço tudo o que ele fez, inclusive, me ensinou o trabalho da Comissão Fiscal; que traz a essa tribuna uma série de explicações em relação a essa CI que, até o momento, não foi respondida. Isso é estranho, porque essas explicações não vieram via ofício, comunicação oficial. Outra coisa, ele afirma que não é papel de uma comissão fiscal apontar falhas na segurança digital. O ofício por mim assinado não demonstra isso. Eu coloco no penúltimo parágrafo dessa CI o seguinte: "Ademais, foram apontadas falhas na segurança digital do clube em diversos pontos..." *A auditoria que apontou, não foi a Comissão Fiscal. Na CI, em todos os pontos, eu me refiro à auditório que foi feita. Então, a comissão nunca apontou juízo de valores dizendo que existem falhas na segurança digital do clube. Eu estou dizendo que essas falhas foram apontadas pela auditoria. Só queria deixar isso registado, repito, que não foi a Comissão Fiscal que apontou falhas, foi a auditoria que foi feita. As outras opiniões dos outros conselheiros que chegaram na tribuna, dizem respeito à ponderação material do valor ultrapassado no orçamento. Eu ouvi de um filósofo a seguinte frase:* "Pode cair um grão de areia na sua comida, que você o come, com certeza; mas, se cair no olho, faria muita diferença." *Então, nós vamos continuar vigilantes e operantes em tudo o que abrange o nosso trabalho. Se a diferença for de R$ 0,01, de R$ 1,00 ou de R$ 1 milhão, nós vamos encontrar, não vai passar. Eu acho que essa é a nossa missão e, por isso, estaremos sempre vigilantes. Eu falei isso no ano passado, inclusive, na discussão com o comodoro: os nossos números, nós os recebemos pregressos. Eu trabalho com números que já aconteceram, números não vêm com explicações; números não têm emoção. Eu não posso pegar uma constatação de auditoria, de trabalho feito nessa área, verificar que está em desconformidade e não contar. A responsabilidade seria nossa, se a gente passasse por cima de qualquer evento que pudesse ser alertado nesse sentido. Então, era só para esclarecer esses pontos e continuar dizendo que não existe nenhuma conotação pessoal no relatório. Em relação a emenda do conselheiro Carlos Henrique, sugiro também passar para a votação do plenário. Obrigado."* O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"A comissão rejeita a emenda. O conselheiro Marcello Katalinic foi citado e tem um minuto para manifestação."* O conselheiro nato **MARCELLO KATALINIC DUTRA** se pronuncia: *"Só para informar à Comissão Fiscal, que não respondi antes, porque não cabia a mim responder. Essa auditoria foi feita depois que eu saí da diretoria, eu estava fora da diretoria. Todos esses questionamentos da CI não caberiam a mim responder em momento algum. Obrigado."* O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Ponto esclarecido, obrigado. O parecer está colocado e as duas emendas dos conselheiros Carlos Henrique e Maurício Carneiro foram rejeitadas. Vamos fazer a votação do parecer, ressalvadas as emendas. Os autores das emendas já pediram para que elas sejam colocadas em votação. Então, vou conduzir a votação do parecer, como ele foi colocado pela comissão, e depois faremos a votação das emendas. A emenda do conselheiro Maurício, em que ele pede para ter uma substituição de termo, vamos ler essa emenda depois, para ver o texto e ficar bem claro o processo decisório. Vamos votar o parecer, sendo aprovado, vale o texto da Comissão Fiscal, ressalvadas as emendas. Devo alertar para o seguinte: sendo rejeitado o parecer, estaremos rejeitando as contas, porque nós não temos parecer alternativo. Isso é importante, o parecer aprova as contas, em sendo rejeitado, não temos mais emendas e nem*

outro parecer, temos as contas rejeitadas. Para deixar bem claro." O conselheiro nato **PAULO CÉSAR SIQUEIRA BIRBEIRE** se pronuncia: *"Senhor presidente, para contornar essa situação, podemos votar as emendas primeiro, depois o parecer? Se nós aprovarmos o parecer primeiro, não podemos colocar em votação as emendas depois."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Podemos, sim! É assim que está no Regimento Interno. Muito obrigado, senhor conselheiro. Vou colocar o parecer da comissão em votação:* ***os que aprovam, permaneçam como se encontra. Aprovado por unanimidade pelos conselheiros que estão presentes e pelos conselheiros que estão participando por vídeo também****. Vamos à emenda do conselheiro Maurício Carneiro, em que ele pede para substituir uma palavra, algo no tocante a déficit no setor Náutico. Tira o adjetivo "alta" e suprime a palavra "forte", e não pede para tirar a palavra "déficit". É apenas essa supressão, para não qualificar o déficit, que é uma opinião da Comissão fiscal. O que o conselheiro Maurício está propondo é que a opinião da Comissão Fiscal seja sem juízo de valor.* ***Os que aprovam a supressão das palavras "alta" e "forte", permaneçam como se encontram. A Comissão mantém seu posicionamento e cerca de três conselheiros a acompanham. Então, por maioria, está aprovada a emenda****. A emenda do conselheiro Carlos Henrique Borges Graciano é no sentido de que o item 8, "Das Recomendações", do parecer, que propõe a constituição de comissão pelo Conselho Deliberativo, encarregada de realizar a apuração de responsabilidade, se for caso, nos seguintes temas: na auditoria realizada no setor de Informática e a extrapolação do orçamento. Por uma questão de ordem, acho que seria uma intervenção até inadequada o plenário dizer o que a comissão recomenda; seria, o plenário recomenda, não a comissão. Eu acho que o plenário tem que avocar para si, porque a comissão irá manter a posição dela. Então, os que aqui estão, podem fazer a votação nominal, se for o caso, e recomenda a constituição de comissão encarregada de realizar os estudos, nos seguintes temas: "1. Revisar e aprimorar os processos de compra e contratações, conforme as recomendações do relatório da auditoria, em contratos de TI e segurança da informação, datado de 31 de março de 2023; e 2. Revisar os procedimentos operacionais para que sejam precisos e efetivos." Aqui não tem nenhum assunto sobre matéria orçamentária. Quer dizer, nós vamos aqui também estar deliberando o seguinte: pode estourar o orçamento, que está tudo certo. É isso! Podemos votar?"* O conselheiro **MAURÍCIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE**, se pronuncia: *"No item 8 há duas recomendações: uma é relativa à área de Informática e a outra é quanto ao orçamento. Estabelecendo um paralelo, acredito que o item 2 poderia, perfeitamente, se direcionar para a questão orçamentária, que diz:* "Revisar os procedimentos operacionais para que sejam mais precisos e efetivos." O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Não é isso que está escrito na emenda. A emenda troca o item todo. É excluir, some a questão orçamentária."* O conselheiro **MAURICIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE**, volta a se pronunciar: *"Presidente, me desculpe, não estou enxergando isso. A emenda tem dois itens: o primeiro fala de informática e o segundo de orçamento."* O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Vamos ler juntos. Item 8, Recomendações, não estou tratando do item 8.1. Ele transforma o item 8 em um item único. O item da emenda diz: "*Revisar e aprimorar os processos de compra e contratações, conforme recomendações da auditoria em seu relatório de contratos de TI e Segurança da Informação, de 31 de agosto de 2023; e 2. Revisar os procedimentos operacionais para que sejam mais precisos e efetivos.*" Não sei nem o que isso*

quer dizer." O conselheiro **MAURICIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE**, se pronuncia*: "No meu entendimento, se encaixa perfeitamente na questão orçamentária."* O conselheiro se pronuncia fora da tribuna (Regimento Interno, art. 27, § 11º). O Presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, prossegue: *"Te agradeço por ter vindo aqui para construir um texto que seja mais exequível."* O ex-comodoro e benemérito **ENNIUS MARCUS DE MORAES MUNIZ** se pronuncia: *"Ao final, a Comissão Fiscal modificou o seu parecer, colocando uma ressalva. A defesa, eu entendi, que os outros fizeram e eu também fiz. O presidente colocou muito bem, aprovando, é como se passasse a régua em todos os poderes. Eu não entendo assim, mas eu também respeito a sua afirmação, porque qualquer apuração de atos pretéritos, comprovados em um momento, que caibam responsabilidade no ato, acho até que isso está acima da aprovação de contas, porque quando você tem um dolo ou má fé, são coisas em que o clube terá de ser ressarcido. Como você aprova contas com ressalvas, carimbando que deu problemas, acho que isso não cabe diante do tamanho, da dimensão do clube, dessa condução, dessa gestão. Todos nós fomos unânimes, inclusive, Vossa Excelência disse que não houve má fé, que não houve dolo. Nosso grande problema seria o da má fé, o dolo, o "trambique", e não houve. A ressalva é exatamente direcionada para apurar coisas que foram feitas indevidamente pela gestão, ou não, vai ter que provar que não. Mas, se você acende um "sinal amarelo" na aprovação das contas, pelo que eu entendi, foi essa a defesa que eu e outros aqui fizeram, como os conselheiros Maurício, Carlos Henrique e Rudi Finger."* O presidente, **EDISON ATONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia*: "O parecer da comissão que foi votado tem ressalva. Ele foi feito antes, com ressalva, antes da leitura. Eu acho que todos fizeram aqui, na tribuna, exatamente, sua manifestação, para que levasse o plenário a compreender a situação e votar, por unanimidade, a exclusão de qualquer hipótese de rejeição."* A conselheira **ANGÉLICA MARIA LANDIM FIALHO AGUIAR**, se pronuncia*: "Analisando a emenda do conselheiro Carlos Henrique, cheguei à conclusão do seguinte: que, ao substituir a redação desse item 1, tira-se do parecer da Comissão Fiscal a auditoria a ser realizada no setor de informática, não é isso? Ela retira a auditoria, não vai estar mais anexa aqui, e qualquer menção à auditoria vai ter que ser feita uma redação final, não é isso? Eu estou entendendo assim."* O presidente da Comissão Fiscal, o conselheiro **JORGE EDUARDO BARRETO BRASIL**, se pronuncia: *"Presidente, a emenda do conselheiro Carlos Henrique Borges, pede para substituir o item 8. Acho que, substituindo esse item, retira-se a ressalva que estamos fazendo em relação à auditoria. Se eu substituir o item 8, não terá mais a ressalva, porque está retirando os dois subitens que estão sendo ressalvado. Então, eu entendo que, substituindo o item como ele está proposto, pelo novo item da emenda, não tem mais sentido a ressalva, porque sai a CI, referente à auditoria e a questão do orçamento."* O 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, se pronuncia: *"Como recomendação de caminhamento, a comissão não visa apurar dolo, má fé ou fraude. Pelo menos, eu não depreendo aqui das "Recomendações" nada nesse sentido. Então, foram feitas várias considerações a esse respeito, mas a interpretação que faço da "Recomendação" que é dada para a constituição de comissão encarregada de apuração de responsabilidade, se for o caso. Ou seja, essas responsabilidades, o comodoro Flávio Pimentel veio aqui e fez as considerações que achou pertinente, mas isso não quer dizer, pelo encaminhamento da comissão, que eventuais responsabilidades, até dos funcionários que se envolveram nessas atividades, possam ser apuradas. Da forma como a*

emenda do conselheiro Carlos Henrique Borges está sendo encaminhada, nós estamos aqui assinando que não faremos nenhum tipo de investigação de eventuais atos, comissivos ou homicídios, praticados pelos funcionários envolvidos nessas pastas. Esse é o encaminhamento da emenda, porque o encaminhamento da comissão é para que se estabeleça alguma comissão para apurar responsabilidade estrutural, e não necessariamente responsabilidade do comodoro. Está muito evidente aqui, acho que é esse o encaminhamento que a comissão tem que fazer, que a gente não tenha a "porta fechada" para apurar mais a fundo eventuais instabilidades de funcionários. E as informações que a auditória aqui traz são graves, por exemplo, de situações de preços idênticos de concorrente; e com trechos de propostas idênticas, inclusive, o que dá a entender, que poderia ter havido uma prévia combinação entre os concorrentes. Isso à parte da eventual intenção do comodoro, que muito provavelmente sequer tinha conhecimento de cumprir isso, como ainda ele falou que estava assinando algo sem ver. Mas, pode ser que alguém tenha visto e pode ser que alguém tenha querido fazer dessa forma. Se encaminharmos a emenda dessa forma, entendo eu, com todas as vênias de quem entenda diferente, que estamos "fechando a porta" para essa apuração. E daí o porquê, nesse sentido, eu concordo com o presidente, temos que fazer uma votação nominal, porque eu não me sinto à vontade de "fechar essa porta" de possíveis investigações nessas operações. Obrigado." O conselheiro se manifesta fora da tribuna (Regimento Interno, art. 27, § 11º), momento em que o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA,** suspende a reunião por cinco minutos, para que os autores da emenda e os integrantes da Comissão Fiscal, possam elaborar a redação final para as "Recomendações" do parecer. Transcorrido o tempo, a palavra é concedida ao benemérito **MAURO DINIZ BRUMANA**: *"Vou ler o texto que foi feito, para os senhores votarem com convicção, com absoluta consciência do que estão votando. O texto que foi redigido em comum acordo com a Comissão Fiscal. A única alteração que nós fizemos foi no caput do item 8:* "A Comissão Fiscal recomenda a constituição de uma comissão encarregada de avaliar os temas abaixo, bem como adotar as providências devidas, que julgar necessárias". *Os itens 1 e 2 permanecem tal qual foram feitos pela comissão. No item 10, Conclusão, a gente retira as ressalvas, que ficaria da seguinte forma:* "De todo o asseverado e considerando o CPC - 00, as Demonstrações devem possuir três atributos: devem ser completas, neutras e livres de erros. Examinando os Demonstrativos apresentados, encontramos todos esses atributos, constituindo elementos suficientes para, sendo observados os questionamentos elencados no item 8 do Relatório da Prestação de Contas de 2023, visto que o que fora apresentado representa, fidedignamente, a realidade financeira do Iate Clube de Brasília." *É essa a redação. Na verdade, só estamos suprimindo a palavra "ressalva" e alterando o caput do item 8."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Repetindo, os itens 1 e 2 permanecem como se encontram, muda-se o caput para, praticamente, retirar a apuração de responsabilidade; para a constituição de uma comissão. Repete, por favor, o caput, que será substituído."* O benemérito **MAURO DINIZ BRUMANA** se pronuncia: *"Repetindo:* "A Comissão Fiscal recomenda a constituição de uma comissão encarregada para avaliar os temas abaixo, bem como adotar as providências que julgar necessárias." O conselheiro **HENRIQUE LEITE CAVALCANTI** se pronuncia: *"Presidente, só por uma questão, realmente técnica, se a redação proposta é efetivamente essa, eu acho que eu excluiria a palavra "encarregada". Entraria direto*

"a comissão para a avaliar"." O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Então, seria:* "para avaliar" *e retiraria a palavra* "encarregada". *Emenda de redação, o autor concordou."* O ex-comodoro, **FLÁVIO MARTINS PIMENTEL**, se pronuncia: *"Na hora da votação, eu irei me declarar impedido de votar nesta matéria, porque são contas de parte da minha gestão."* O conselheiro nato **MARCELLO KATALINIC DUTRA,** se pronuncia: *"Da mesma forma, eu me declaro impedido de votar."* O presidente**, EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Registrado em ata os impedimentos. O Estatuto diz que os administradores, cujas contas estão sendo analisadas, não podem votar nas próprias contas. Todos cientes da emenda, submeto à votação alternativa. O plenário irá deliberar sobre a emenda adquirida:* ***os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada por unanimidade.*** *Tendo em vista esse alinhamento de adequação, no sentido de que os temas aqui tratados, seja pela auditoria, seja a orçamentária, foram enfrentados, concluímos a reunião ordinária. Muito obrigado à Comissão Fiscal, agradeço pelo trabalho e pelo apoio."* Dá-se início à reunião extraordinária, momento em que o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA,** se pronuncia*: "Com as escusas ao nosso conselheiro Marcelo Bressan, que se preparou junto com a Comissão Esportiva para apresentar a matéria que versa sobre o Regulamento dos Atletas de Alto Rendimento, vamos retirá-la de pauta, devido ao adiantado da hora e o relatório ter cerca de 50 páginas. Consulto se alguém é contrário à retirada de pauta dessa matéria."* Não havendo nenhuma manifestação por parte do plenário, a matéria referente ao item II da reunião extraordinária é retirada de pauta. Em seguida, dá-se início ao **ITEM I da reunião extraordinária,** momento em que o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Quanto ao Item I, há um parecer da Comissão Permanente de Inovação, Governança e Práticas de Conformidade, referente a um assunto que o comodoro pediu. É bem rápido! Estava vencendo, no dia 11 de março, o serviço de sistema de e-mail do clube. Precisava renovar, precisava de uma autorização do Conselho. Era um valor de R$ 4 mil, valor esse supersimples, singelo, só que a nova negociação ultrapassava o valor do limite permitido de aditivo. Se o clube não renovasse a tempo, pararia o serviço de e-mail. Então, a comissão trabalhou nisso, emitiu um parecer favorável e a Mesa aprovou ad referendum do Conselho. É só um aditivo a um contrato, no valor de R$ 4 mil, que precisava da aprovação do Conselho."* A matéria é colocada em discussão, momento em que o conselheiro nato **MARCELLO KATALINIC DUTRA**, solicita a palavra: *"Só para lembrar que o workspace não é simplesmente um serviço de e-mail, ele tem todas as ferramentas de planilhas, excel, editores de texto, word, entre outros. Se não renovar, é ruim para o clube."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Isso reforça a importância de renovar o contrato."* O conselheiro **MAURÍCIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE** se pronuncia*: "Diante de tudo o que foi discutido aqui anteriormente, só faço uma pergunto: a gente tem segurança nesse contrato?"* O integrante da Comissão Permanente de Inovação, Governança e Práticas de Conformidade, o conselheiro nato **HENRIQUE SAMUEL PONTE ALENCAR**, se pronuncia*: "Só veio para análise deste plenário, porque o valor ultrapassou a 10% do reajuste permitido. Ele foi negociado pelo pessoal do clube e ficou abaixo do texto do preço de mercado. Então, a comissão recomendou a sua aprovação."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia*: "Só complementando a informação, estamos falando de um contrato de R$ 4 mil por mês. O parecer da comissão diz que é um valor abaixo do*

praticado pelo mercado. E, caso mudasse o contrato para outra empresa, teria uma taxa de migração de R$ 24.500,00. A urgência se deu devido ao contrato estar vencendo no dia 11 de março. Esse contrato é de 2021. De qualquer maneira, vou solicitar que a Comissão Fiscal, faça uma análise desse contrato e encaminho a informação. ***Encerrada a discussão, submeto a matéria para que o Conselho referende a decisão da Mesa: os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada por unanimidade.****"* Dá-se início ao **ITEM III da reunião extraordinária**, momento em que o Presidente convida a Comissão Permanente de Infraestrutura, composta pelos conselheiros natos PAULO ROBERTO DE MORAES MUNIZ, LUIZ NAPOLEÃO DA SILVA BRITO e FILINTO FIGUEIREDO PACHECO; e pelos conselheiros efetivos DURVAL MONIZ BARRETO DE ARAGÃO JÚNIOR e ALEXANDRE MATHEUS DA CUNHA KRONENBERGER, para ocupar a mesa dos trabalhos. Em seguida, o Presidente da Comissão, o conselheiro nato **PAULO ROBERTO DE MORAES MUNIZ**, se pronuncia: *"Boa noite, presidente, Mesa, conselheiros e diretores. Esta matéria está atendendo a uma demanda do clube por novas quadras. Nós analisamos os projetos e, assim, passo a leitura do nosso parecer, para registro em ata: "*A comissão constituída pela Decisão nº 028/2023, da Presidência do Conselho Deliberativo, para analisar e emitir parecer sobre as obras realizadas no Iate Clube de Brasília, vem apresentar o seu relato referente ao **PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE UMA PARA DUAS QUADRAS DE AREIA LOCALIZADAS AO LADO DO BAR DA PETECA,** conforme CI 1700/0124/2024, elaborada pela Diretoria de Engenharia. **DA ANÁLISE.** A Comissão no cumprimento de suas atribuições, utilizando documentos produzidos pela Diretoria de Engenharia, encaminhada a esse Conselho através da CI. 1100/016/2024 do Senhor Comodoro. Essa comissão analisou o PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE UMA PARA DUAS QUADRAS DE AREIA LOCALIZADAS AO LADO DO BAR DA PETECA. A quadra em análise para ser duplicada está localizada abaixo do bar da peteca e acima da via de acesso de carros para a academia. Esta comissão recebeu para análise juntamente com os projetos de arquitetura os projetos de irrigação, drenagem, orçamento e cronograma físico-financeiro da obra. A diretoria de engenharia estimou um prazo de 60 dias para a execução da obra com orçamento total de R$ 241.745,12 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e doze centavos). Além da obra civil, já estão comtemplados o alambrado de cercamento da quadra, postes, rede e fitas de demarcação da quadra, porém não consta em orçamento o valor que será necessário para as adequações das áreas adjacentes dessas novas quadras. A criação da nova quadra causará alguns impactos no entorno dessa área que são importantes ressaltar. A pista de cooper do clube precisará ser adequada, deverá ser deslocada no sentido da via de carros. Duas calçadas que ligam a pista de cooper ao bar da peteca e as quadras internas também precisarão ser alteradas. Além das adequações das vias de pedestres, será necessário a retirada de três árvores que ficarão dentro da área das novas quadras. As pranchas 01/06 e 02/06 indicam que essas árvores serão realocadas a depender da possibilidade de replantio. De acordo com o orçamento para o ano de 2024, o valor aprovado segue discriminado abaixo: Conta Financeira: 1.02.03.01.03.0001 – edificações, vias e acessos; Centro de Custo: 3.2.02.13.001 – Diretoria de Esportes Coletivos; Projeto: 4.07.152 – adequação de quadras de areia para práticas esportivas; valor: R$ 420 mil. **DO PARECER.** O projeto em análise corresponde à primeira de duas obras de construção de novas quadras de areia. A segunda obra se refere a construção de uma nova quadra na área das piscinas e não de uma duplicação de

quadras conforme o projeto em análise. De acordo com o orçamento de R$ 241.745,12 para a primeira obra, ficará um saldo para a segunda etapa de R$ 178.254,88. Após conversar com o Sr. Comodoro, ele já adiantou que o orçamento previsto para a segunda obra é de R$ 150 mil. Esta comissão gostaria de solicitar à Diretoria de Engenharia e à Diretoria de Operações e Logística, um esforço em relação ao replantio das três árvores, que precisam ser retiradas, que elas não sejam apenas cortadas e descartadas. Desta forma, esta comissão submete à apreciação do plenário do Conselho Deliberativo o presente parecer, que sugere a aprovação da proposta, para o PROJETO DE ADEQUAÇÃO DE UMA PARA DUAS QUADRAS DE AREIA, LOCALIZADAS AO LADO DO BAR DA PETECA, lembrando que a execução da segunda obra não poderá exceder o saldo financeiro que restará após a execução destas duas quadras. É o nosso parecer." O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: "*Muito obrigado. Temos uma emenda a respeito desse assunto. Consulto à comissão sobre essa emenda.*" O Presidente da Comissão, o conselheiro nato **PAULO ROBERTO DE MORAES MUNIZ,** se pronuncia: "*Nós vimos essa emenda, mas houve um consenso, de que esse assunto não cabe à nossa Comissão de Infraestrutura, esta destinação cabe à comodoria e à diretoria.*" O Presidente coloca a matéria em discussão e concede a palavra ao primeiro inscrito, o 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, que se pronuncia: "*Presidente, com as mais respeitosas vênias, penso eu que nós temos aqui a incumbência de regulamentar a utilização dos nossos espaços, assim como nós aprovamos recentemente a construção da nova quadra que foi construída no Poliesportivo Sul. Inclusive, quando esse projeto veio para este Conselho, veio como uma quadra de beach tennis, e nós aprovamos como sendo uma quadra poliesportiva, e demos a destinação necessária à utilização do espaço. Penso que integram as competências do Conselho Deliberativo a regulamentação e a destinação dos espaços. E, nesse aspecto, é que se debruça a emenda que nós apresentamos. Efetivamente, essa emenda visa homenagear um ajuste que já fora entabulado pelos vice-diretores de futevôlei, de vôlei de praia e de beach Tennis no sentido de manter a destinação prioritária da utilização dessas quadras. Só para que o Conselho tenha uma visão mais detalhada da situação, hoje, aquela primeira quadra, que fica ao lado do Bar da Peteca, tem a utilização prioritária para o futevôlei. É uma quadra de futevôlei, nada obstante, obviamente, que essa quadra seja cedida para outras modalidades, quando há um campeonato de vôlei ou de beach tennis, como teve o torneio Perebão, no final de semana retrasado, por exemplo. Há um ajuste entre as vice-diretorias que, respectivamente, passam aos praticantes das modalidades, e a gente consegue utilizar esses espaços de forma coordenada, a fim de que não tenhamos conflitos entre os praticantes das modalidades, que estejam em uma quadra que está destinada a outra modalidade. Então, a emenda é, especificamente, para manter essa organização do setor, no sentido de que, uma das quadras a ser criada, prioritariamente, seja do futevôlei, assim como já é hoje a quadra que está lá. O futevôlei cede, digamos assim, para essa ampliação; e a outra quadra vem para ser uma quadra de vôlei de praia, porque no local que hoje estão as quadras de vôlei de praia, na proposta macro, que está no Conselho Diretor, que foi, inclusive, uma proposta de campanha do Comodoro, será ampliado o espaço da piscina. Então, o vôlei vai perder duas quadras naquele espaço. Daí o porquê de estarmos propondo o "carimbo" dessa quadra que será criada naquele local, com destinação prioritária para o futevôlei e outra para o vôlei. Quero registrar também, que essa emenda é subscrita por conselheiros praticantes e atuantes que*

convivem naquele espaço, dentre eles: o Silvio Bonfim, que é o nosso representante da bancada do beach tennis no Conselho; o Tomás Nina, que é praticante de futevôlei e beach tennis; o Eider Queiroz, que é praticante de beach Tennis; o Jorge Brasil, no vôlei de praia; e o Juliano Medeiros, que é um praticante e simpatizante do futevôlei. Então, eu peço ao Conselho, que a nossa emenda, que é uma emenda aditiva e não suplanta nada do que a comissão já consignou, apenas aditiva a proposta da Comissão, para que a gente dê essa designação para a utilização desses espaços, visando uma coordenação, visando uma organização que já é atualmente feita de forma muito bem orquestrada pelos diretores das áreas que conversam entre si, e há anos já existe a parceria entre o beach tennis, o futevôlei e o vôlei praia, para que esses espaços sejam utilizados. Então, é nessa esteira que a gente encaminha essa emenda e pede a aprovação do plenário. Obrigado." O conselheiro **SÍLVIO EDUARDO MACHADO BONFIM**, se pronuncia: "*Cumprimento a Mesa, o Conselho, o senhor comodoro, os diretores presentes e os colegas conselheiros. Não serei repetitivo, o conselheiro Felipe Rocha já falou da importância. Este é um projeto que o comodoro, desde a campanha de 2023, prometeu que faria; e ele se torna importante, porque viabiliza outros projetos do comodoro, como a questão das piscinas, que não vou entrar no mérito. Essas piscinas, seriam construídas na região onde hoje estão as quadras de vôlei. Eu quero lembrar que quando a gente aprovou aqui neste Conselho aquela última quadra poliesportiva, que foi inaugurada em setembro, tinha uma preocupação muito grande quanto à questão das árvores, que iria ser retirada e replantada. Ao final, o clube bem cuidadoso, bem criterioso, conclui a quadra e a árvore foi removida. Então, a gente tem certeza de que o clube vai acompanhar de perto a remoção e o replantio dessas outras árvores. Isso é fundamental! O exemplo está aí. Aconteceu agora em setembro. Alguns falavam da pista de caminhada, que também ficaria muito espremida, mas, mais uma vez, a gente viu a competência da Engenharia. A gente tem uma pista das mesmas dimensões da anterior e não atrapalhou em nada. Então, quando a gente propõe isso, a gente já esteve no local várias vezes, inclusive, com a arquiteta e o engenheiro, além dos conselheiros Felipe Rocha, eu e o Eider. Não posso deixar de agradecer, de ressaltar o trabalho dos três vice-diretores, de vôlei, de beach tennis e de futevôlei, capitaneados pelo nosso Diretor de Esportes Coletivos, Oscar Lóssio. Fizeram um belo trabalho! Daí a importância de a gente "carimbar" essa quadra, pelos motivos que o conselheiro Felipe Rocha já falou muito bem. Eu gostaria de pedir o apoio de vocês ao esporte e ao projeto, promessas de campanha do comodoro. Vai ficar um projeto bem legal! Então, peço o apoio e a aprovação de todos vocês. Muito obrigado.*" O conselheiro nato **PAULO CÉSAR SIQUEIRA BIRBEIRE**, se pronuncia: "*Senhor presidente e senhor comodoro, estou recordando quando nós discutimos o orçamento, essas quadras já tinham sido destinadas, senão nós não teríamos nem conseguido a verba. Então, eu acho que a destinação destas quadras, já foram sacramentadas. Eu acho que só cabe ao nosso comodoro executar aquilo que foi coordenado para o uso dessa verba e que não precisa "carimbar", porque ela já está "carimbada" no orçamento que foi aprovado, porque o orçamento é, exatamente, para se executar a destinação que foi solicitada naquela época. Houve até uma discussão muito acalorada, quando da destinação destas quadras, e foi já definida. Acho que está sendo uma duplicação de fatores e que só cabe ao nosso comodoro fazer a destinação dessas quadras. Acho que ele já sabe disso, isso foi definido no próprio orçamento. No orçamento foi discutida a verba e a destinação destas quadras.*" O conselheiro se manifesta fora da tribuna

(Regimento Interno, art. 27, § 11º), momento em que o conselheiro nato **PAULO CESAR SIQUEIRA BIRBEIRE**, prossegue: *"A destinação foi para o futevôlei. Se você pegar a ata, vai ver isso."* O 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, se pronuncia: *"Eu falo com convicção, no orçamento, nós aprovamos a verba, inclusive, a gente ainda deixou esse encaminhamento de que, aprovaríamos a verba, e quando da idealização do projeto, após a confecção do projeto, a matéria voltaria ao Conselho Deliberativo, para aprovar o projeto e dar a sua destinação. Digo para vocês com absoluta certeza, sem medo de errar, porque fui eu quem revisou essa ata. Aprovamos a verba para o projeto da quadra de areia."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**: *"O que o conselheiro Felipe Rocha está colocando, a gente sabe que a visão do comodoro é de um uso múltiplo de todas as partes do clube, de fazer uma melhor gestão. Nós pegamos uma quadra de cimento da peteca e fomos negociar, porque ela era a "dona do pedaço". É a mesma coisa que se falar que vou pegar uma quadra de tênis, para fazer uma quadra de basquete. Então, há algumas, vamos dizer assim, capitanias hereditárias aqui. No Poliesportivo há um "carimbo" ou uma preferência de certas quadras. Há uma gestão, uma camaradagem, mas cada um quer crescer o espaço, como essa quadra que está sendo utilizada e sempre foi destinada para o uso do futevôlei. Também o vôlei de areia está cedendo essas quadras aqui atrás para as piscinas, que é uma boa ideia, superlegal. Na campanha, houve uma discussão de ampliar a piscina. Enfim, há um replanejamento espacial público, mas os jogadores têm essa demanda."* O benemérito **FRANCISCO ZENOR TEIXEIRA**, se pronuncia: *"Boa noite, senhor presidente, senhor comodoro, colegas conselheiros e diretores. Aqui está dizendo:* "Projeto de adequação de uma para duas quadras de areia, localizada ao lado do Bar da Peteca." *Ao lado do Bar da Peteca, não tem mais lugar, vai ter na frente e em cima, mas do lado, não tem. Há alguns anos, naquele local era só a peteca, que é o "fim da linha" de um esporte. Eu já joguei futebol, tênis e fui jogar peteca. Ali tem um espaço muito bom, inclusive, esse nome de Poliesportivo Sul, nós que demos. Quando começou o beach tênis, fomos solicitados para que cedêssemos algumas quadras. Cedemos e nós tem um ginásio fabuloso, que comporta a peteca. Então, eu fui um dos que correu atrás para ceder espaço para o beach tennis, porque aquele espaço estava "morrendo". Nós fizemos, mas nós construímos uma obra fantástica ali. Tinha sinuca, tinha tudo, mas não tinha vida, porque os velhinhos não estavam dando mais conta. Era isso que eu queria dizer, nós, ex-petequeiros, inclusive, os jogadores da sinuca, sentimos muito honrados com aquele movimento. Aquele espaço estava totalmente sem graça. Eu pedi para ver o projeto, porque eu queria sentir como é que seria feito, mas já me falaram que será na parte de baixo, não ao lado. Então, isso já me satisfaz tranquilamente. E que sejam bem-vindos todos ali, porque nós, os primeiros petequeiros, só queremos a amizade e a confraternização, com todas as nossas festas que são feitas e são sempre festas bonitas, bem-organizadas e são sempre todos muito bem recebidos. Muito obrigado."* O conselheiro nato **PAULO CÉSAR SIQUEIRA BIRBEIRE**, se pronuncia: *"A minha preocupação é que acho que é competência do comodoro a destinação de quadras. Acho que não cabe a este Conselho destinar uma determinada área. Já houve aqui uma discussão, que levou quase uma hora, sobre a transformação dessas quadras, sobre a piscina, e foi o próprio comodoro que fez essa sugestão, na época. Então, não vejo razão para isso! Não sou contra, acho que deve ser feita. Mas, eu acho que já está definido. Outra coisa, a comissão nomeada pelo presidente, eu acho que não tem competência para fazer isso. Acho que o Plenário*

tem, se for o caso, submete ao plenário, independente da Comissão. Obrigado." O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: "Obrigado, já está bem claro." O Comodoro, **LUIZ ANDRÉ ALMEIDA REIS**, se pronuncia: "*Sobre esse tema, como está descrito no parecer, existe um projeto arquitetônico, projeto de drenagem, projeto do alambrado, bem como o orçamento aprovado. Então, está tudo disponível do jeito que você quiser e vai ser no lugar de uma quadra de futevôlei existente. Sobre essa questão, eu fico me perguntando se, realmente, é necessário, ou se é da competência do Conselho Deliberativo, que tem a função de deliberar sobre os regulamentos, sobre as regras e fiscalizar o clube, ficar definindo o uso de quadra. Desta forma, você vai ter que definir o uso dos campos de futebol, das piscinas, quem treina e em que momento e em qual piscina, em cada campo de futebol e em cada quadra de tênis. Eu nunca vi o Conselho se preocupar sobre isso em todos os dezessete esportes do clube. Daqui a pouco, o Conselho vai ter que deliberar quem é que corre regata, se do lado direito ou do lado esquerdo do lago. Eu acho isso um exagero! Isso é muito mais uma coisa diretiva, uma coisa se acerta com um regulamento entre as partes, com a harmonia que nós desenvolvemos, com o espírito de que toda a estrutura do clube é poliesportiva e pode ser compartilhada, como o belo exemplo da Peteca no passado e agora, mais recentemente, permitindo que a gente instalasse uma quadra de voleibol de quadra dentro do ginásio que era, até então, sagrado, sem prejuízo das quatro quadras lá existentes de peteca. É um exemplo magnífico de como é que dá para compartilhar esses recursos. A concessão de três novas guardas de areia, nós vamos aumentar a quantidade de quadras. Vamos colocá-las na mesma região e isso vai proporcionar uma possibilidade de compartilhamento. Só acho que a regra pode ser decidida entre os vice-diretores; e um regulamento pode ser editado e ponto final. Agora, colocar isso como regra do Conselho é um engessamento e eu só peço que raciocinem por analogia dos demais esportes do clube. Então, o Conselho vai definir o uso de cada espaço, de cada outro esporte do clube? Eu não vejo necessidade disso, até por conta da visão de compartilhamento e da harmonia existente hoje. Vocês quatro foram capazes de se sentarem juntos e definir isso. Escrevam isso como um acordo entre as partes e transforme isso em um regulamento, pronto. Agora, quando o Conselho passa a deliberar sobre as funções que são do Conselho Diretor, eu fico preocupado. Acho até que o Estatuto não contempla essa definição de atribuição. É isso que eu queria falar.*" O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: "*Eu tenho que concordar um pouco de que a gente não tem como regulamentar isso, talvez, se houvesse uma proposta de regulamento do Conselho Diretor encaminhando ao Conselho Deliberativo. Agora, no projeto, a gente "carimbar" o que está sendo tratado aqui, mesmo se a gente aprovar a emenda, pode ter no orçamento uma sinalização do Conselho de que sempre se utilizou a quadra de futevôlei, que está sendo convertida com esse objetivo, acho que isso está na matéria, está na deliberação. Isso, de alguma forma, mesmo que a gente aprove a emenda, nada impede de o Comodoro ou os diretores falarem:* "não tem como cumprir isso, como uma ordem do Conselho Deliberativo." *De alguma forma, como a quadra sempre foi do futevôlei, o comodoro está colocando que vai fazer a obra, vai fazer o entendimento, que já foi feito entre os vice-diretores. Acho que é muito melhor o Comodoro fazer aqui um compromisso de regulamentar. Colocando esse compromisso de que essas duas quadras são do vôlei de praia e do futevôlei, acho mais adequado regulamentar lá do que parecer que estamos estreitando do Conselho Diretor uma obrigação dele. Acho que fica aqui*

o compromisso do comodoro, dentro de sua boa fé, no sentido de que esse é o objetivo, esse foi o compromisso, que ele já fez com o pessoal do futevôlei." O conselheiro se manifesta fora da tribuna (Regimento Interno, art. 27, § 11º), momento em que o presidente prossegue: *"Pode seguir nessa linha, sabendo que o parecer da comissão e a proposta que o comodoro fez é no sentido de transformar a quadra de futevôlei em duas quadras, sendo uma para o futevôlei e outra para o vôlei de areia. É a proposta colocada! Já foi feito, já foi definido, mas não como uma norma. O comodoro está dizendo que vai fazer essa adequação, juntamente com os vice-diretores e com os atletas de cada setor. Podemos votar assim?"* O 1º Secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, se pronuncia: *"Na verdade, esse alinhamento a que o comodoro se refere, já aconteceu. Os vice-diretores já se reuniram, mandaram uma CI. para o comodoro para solicitar. Essa solicitação desse "carimbo" vem do próprio Conselho Diretor, dos vice-diretores junto com o diretor Oscar Lóssio, que se reuniram e firmaram o documento em que eles encaminham para o Conselho Deliberativo uma solicitação, para que o Conselho Deliberativo aprove desta forma. Por que essa preocupação? Os senhores devem lembrar que nós aprovamos a construção daquela quadra que foi feita lá, ela veio para este Conselho, como uma quadra de beach tennis. A proposta que foi encaminhada, foi para que não fosse uma quadra de beach tennis; e nós aqui, neste Conselho, aprovamos o projeto e demos a destinação da quadra, que foi para multiuso. Então, a gente pode até não aprovar essa, mas já provamos assim. Aí é casuísmo, porque nós aprovamos, em setembro do ano passado, um projeto de construção de uma quadra, que já veio "carimbada" do Conselho Diretor, como beach tennis. E nós, aqui, tiramos o "carimbo" dela e colocamos uma quadra poliesportiva. Então, nós regulamentamos a utilização dessa quadra. E essa quadra teria um regulamento que, com todas as vênias, nunca apareceu. Nós estamos em abril, esse regulamento que deveria ter sido feito, não apareceu. Então, a ideia que veio do próprio Conselho Diretor, de "carimbar" essas quadras, é justamente para poder organizar a utilização dos espaços e para que os praticantes das modalidades tenham essa convicção. Se a gente não regulamenta aqui, corremos um sério risco de, amanhã, a quadra estar pronta e chamar "quadra de areia", e nós temos 500 praticantes de beach tennis, 150 praticantes de futevôlei, 50 praticantes de vôlei de areia. Se não tiver uma destinação direcionada, vai virar "terra de ninguém"; quem chegar primeiro, ocupa e acabou..."* O comodoro, **LUIZ ANDRÉ ALMEIDA REIS**, se pronuncia: *"Demonstra uma falta de confiança no comodoro à frente da gestão do clube. O Conselho tem que tutelar, porque não confia. Nós não aprovamos aquela quadra para ser exclusiva de beach tennis. Nós discutimos uma definição de poliesportivo para todas as quadras e que um acordo entre as partes resolveria o uso compartilhado. Pergunto: pega uma dessas duas quadras novas que você chama de quadra do futevôlei, e se ela estiver desocupada 8 horas por dia, não pode usar, porque ela está "carimbada", é do futevôlei?"* O 1º secretário, **FELIPE ROCHA DE MORAIS**, se pronuncia: *"Vou te explicar como funciona, comodoro, Luiz André: hoje, se algum praticante de outra modalidade, por exemplo, quiser ocupar a quadra de futevôlei, ele comunica ao diretor da área dele; o vice-diretor, por exemplo, se for o beach tennis, comunica o vice-diretor de futevôlei; que, por sua vez, comunica os praticantes. Então, se há uma necessidade de utilização de uma quadra, por exemplo, o futevôlei cedeu as quadras para o torneio de beach tennis "Perebão"; o futevôlei ficou sem espaço para praticar, não invadiu o espaço do vôlei de praia. O vice-diretor de futevôlei entrou em contato com o vice-diretor de*

vôlei de praia e comunicou: "Estamos sem quadra para jogar, porque cedemos a nossa para o beach tennis, podemos utilizar uma quadra do vôlei de praia?" *Aí, o vice-diretor de vôlei de praia comunicou aos praticantes e perguntou se alguém iria utilizar a quadra naquele momento; diante da liberação, digamos assim, de que ninguém utilizaria, cedeu gentilmente a quadra de vôlei de praia para o futevôlei. Então, essa é a política que tem lá. Agora, se se estabelece uma grade horária específica, você cerceia aquele espaço. É como se você fosse regulamentar uma quadra de tênis, não para jogar tênis, mas vai ser tênis, paddle e outra atividade naquela quadra; os praticantes de tênis não vão gostar, porque eles terão que dividir a quadra, que eles só praticam tênis, com outras modalidades que vão praticar naquela quadra. Daí o porquê da necessidade e daí o porquê que os participantes de futevôlei não concordam, por exemplo, em ceder o espaço em que, há mais de 30 anos, aquela quadra é destinada a uso prioritário, não se está falando aqui em exclusividade, é o uso prioritário do futevôlei, para que seja uma quadra poliesportiva, sem uma regulamentação específica, que ao menos norteia, que tenha no horizonte a sua utilização. Repito, a utilização democrática com a convergência dos diretores, o que já vem acontecendo."* O comodoro, **LUIZ ANDRÉ ALMEIDA REIS**, se pronuncia: *"Lembro você que dentro dessa dúvida do cumprimento das regras, a gente tem que discutir também um novo projeto. O Conselheiro Sílvio Bonfim, que o diretor Sérgio está apresentando, de criar uma academia com professores para dar aula, usando as quadras de beach tennis, igual o Dumont faz no tênis. Quando isso acontecer, o que faz um sócio que quer praticar beach tênis na hora em que a quadra está alugada para o professor? Então, nós temos que colocar tudo isso na pauta e regulamentar, levando em consideração o projeto dessa magnitude, porque o projeto é enorme; cria um monte de turmas, com um monte de gente, com vários detalhes. Então, temos que levantar essa questão e discutir se é viável ou não. Mas, a coisa é mais complexa do que apenas dizer se essa quadra é prioritária desse ou daquele esporte."* O conselheiro nato **FILINTO FIGUEIREDO PACHECO** se pronuncia: *"Uma pequena sugestão: a ordem de quem vai usar ou quem vai resolver, na minha opinião, cabe aos diretores resolver. Agora, a execução da obra independe disso. O projeto está pronto, já foi analisado, orçado, desenhado. Quer dizer, a parte principal já está liderada. A gente pode colocar isso aqui, independente de se estar destinando ou não."* O presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, se pronuncia: *"Esse ponto, conselheiro Filinto, está superado. Nós vamos aprovar. O que o conselheiro Felipe está ponderando é ele está se sentindo ameaçado, como foi quando a Náutica se sentiu com a construção do Multifunções, por exemplo. Cada um está defendendo seu papel."* O conselheiro se manifesta fora da tribuna (Regimento Interno, art. 27, § 11º), momento em que o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, prossegue: *"Eu acho que está tudo claro. Acho que é justo a área defender os seus interesses, a gente sabe como é que funciona. Não acho que é simples assim. Mas, enfim, eu acho que o registro que temos que fazer é: vamos aprovar essas quadras, uma quadra de futevôlei que será transformada em uma quadra de futevôlei e uma quadra de vôlei de praia, e que vai ter uma gestão harmônica da ocupação do Poliesportivo. Acho que essa é a ideia. Isso está na ata e é assim que a gente vai caminhar. Agora, sabemos que o comodoro tem a sua autonomia, junto com os seus diretores, de fazer a gestão; da mesma forma, como foi dito aqui, que é a quadra construída, que foi prometida ter o regulamento de ser feito e ainda não aconteceu. Então, vamos aprovar a obra e o parecer da Comissão, com esse*

espírito de harmonia de poliesportivo. Os que aprovam, com o espírito da emenda do conselheiro Felipe Rocha, sem a gente ter o poder coercitivo; aprovamos o parecer, sabemos que a emenda é inspiradora, aprovamos o parecer da comissão. Quer votar a emenda? Então, vamos votar primeiro o parecer da comissão: ***os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.*** *Eu vou colocar em votação agora a emenda do conselheiro Felipe Rocha, que tem por princípio haver uma manifestação do conselho, não é normativo, que o comodoro receba de prioridade para o futevôlei e para o vôlei de areia, podendo fazer a gestão. Então, é uma, vamos dizer assim, sugestiva e prioritária para esses esportes. Todos de acordo? Uma emenda de redação em plenário, fica a redação na ata. Submeto essa proposta de emenda do conselheiro Felipe Rocha de Morais, subscrita pelos conselheiros Ronaldo do Monte Rosa, José Alberto Couto Maciel, Silvio Eduardo Machado Bonfim, Tomaz Alves Nina, Eider Alves de Faria e Queiroz, Jorge Eduardo Barreto Brasil e Juliano da Cunha Frota Medeiros:* ***os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada por maioria.*** *Muito obrigado à comissão. Vou retirar de pauta o item IV, Assuntos Gerais. Encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.*" Não havendo mais nada a tratar, o presidente, **EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA**, encerra a reunião, da qual se lavra a presente ata, que vai assinada por ele e pelo 1º Secretário.

EDISON ANTONIO COSTA BRITTO GARCIA
Presidente do Conselho Deliberativo

FELIPE ROCHA DE MORAIS
1º Secretário